



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIX SUP. ÚNICO AO Nº 19, QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente
Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário
Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente
Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente
Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente
Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário
Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2º Secretária
Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário
Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Fevereiro de 2024.	5
Ata da Reunião de Instalação e Eleição, realizada em 24 de Abril de 2024.	12
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 e 8 de Maio de 2024.	28
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de Maio de 2024.	53





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 20/02/2024;
- Reunião de Instalação e Eleição da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 24/4/2024;
- 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada nos dias 07 e 08 /05/2024;
- 4ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 21 /05/2024;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Alencar Santana, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dilvanda Faro, Giacobbo, Gilson Daniel, José Rocha, Luciano Amaral, Luiz Carlos Motta, Matheus Noronha, Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Paulo Litro, Sergio Souza e Vicentinho Júnior; dos **Senadores Titulares**: Beto Faro, Carlos Viana, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra e Wilder Moraes; dos **Deputados Suplentes**: Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Ivoneide Caetano, Luciano Ducci, Luiz Gastão, Rafael Prudente, Thiago de Joaldo e Weliton Prado; e dos **Senadores Suplentes**: Augusta Brito e Eliziane Gama; **Deixaram de comparecer** os **Deputados Titulares** Alex Santana, Dani Cunha, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilvan Maximo, Guilherme Boulos, João Carlos Bacelar, João Leão, Marcelo Álvaro Antônio, Marcio Alvino, Marx Beltrão, Otoni de Paula e Paulo Folletto e os **Senadores Titulares** Ana Paula Lobato, Daniella Ribeiro, Irajá e Izalci Lucas. **ABERTURA**: às quatorze horas e vinte e nove minutos, do dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Primeiro Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral, iniciou os trabalhos e passou a palavra ao deputado Bohn Gass, enquanto aguardava completar-se o quórum para deliberação. A seguir, leu uma solicitação da Coordenadora da Bancada do Estado do Rio Grande do Sul, deputada Any Ortiz, para a apreciação e aprovação da Medida Provisória nº 1.188/2023-CN. Em seguida, o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, deputado Luiz Carlos Motta, comunicou ao Plenário que o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, deputado Danilo Forte, com base no *art. 57, parágrafo 3º, inciso IV e parágrafo 6º, inciso II, da Constituição Federal de 1988*, combinados com o *art. 1º, inciso VI do Regimento Comum do Congresso Nacional*, havia encaminhado um Requerimento ao Presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, solicitando que fosse convocada uma reunião na semana dos dias 4 a 7 de março, para a apreciação dos vetos às Leis Orçamentárias – Lei Nº 14.971, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei Nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 (Lei Orçamentária Anual). Atingido o quórum regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, procedeu-se ao **EXPEDIENTE**: O Primeiro Vice-Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela comissão, do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três até a data de hoje, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse pela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relatoria da matéria. Não houve manifestação. O Primeiro Vice-Presidente informou, ainda, que os expedientes publicados no sítio eletrônico desta Comissão em 2023 serão enviados para o arquivo, uma vez que, até o momento, não houve manifestação de autuação ou pedido de relatoria. Em prosseguimento, solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 20ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 5, 6, 7, 12, 13, 14, 20 e 21 de dezembro de 2023. Não houve pedidos de retificação. Em votação, a Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: Item 1**—Apreciação do **relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.188/2023-CN**, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 360.900.000,00, para os fins que especifica”. **RELATORA**: Senadora AUGUSTA BRITO. **VOTO**: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, a Relatora indicou pela **INADMISSÃO**. O relatório foi lido pela Relatora. Em conformidade com o disposto no *parágrafo 2º do art. 146, da Resolução Nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Primeiro Vice-Presidente declarou inadmitida a emenda indicada pela Relatora no seu voto. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. O deputado Mauro Benevides Filho parabenizou a Relatora pelo seu Relatório e o Primeiro Vice-Presidente anunciou que, segundo o *parágrafo 3º do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006-CN*, é permitido ao Presidente da CMO, ouvido o Plenário, dispensar a designação de Relatores para as matérias relacionadas no *inciso III, alíneas a, c, d e e*, e no *inciso IV do art. 2º da mesma Resolução*. Sendo assim, propôs ao Plenário o **arquivamento** das seguintes matérias que não foram apreciadas: **Relatório de Gestão Fiscal - Aviso nº 2/2023-CN**, do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha cópia do Acórdão 94/2023, nos autos dos autos do TC-021.166/2022-6, que trata dos Relatórios de Gestão Fiscal da Administração Pública Federal referentes ao 2º quadrimestre de 2022” e os **Relatórios de Gestão Fiscal do TCU: Aviso nº 1/2023-CN**, que “Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2022” e o **Aviso nº 10/2023-CN**, “Aviso 447/2023 - TCU - Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2023”. Em votação, na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, as matérias foram **ARQUIVADAS**. **ENCERRAMENTO**: O Primeiro Vice-Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, do dia vinte de dezembro, do ano de dois mil e vinte e quatro. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Luciano Amaral, Primeiro Vice-Presidente.



Reunião de: 20/02/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 20 de Fevereiro de 2024

(Terça-Feira)

Às 14 horas

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Há quórum regimental para a abertura da reunião. A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação das matérias constantes da pauta.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

No comunicado dos integrantes da CMO, o Líder, Senador Efraim, disse que não abre a opção de registro de presença. Então, se V.Exa. puder, peço que faça um contato para viabilizar isso, porque ainda falta uma Liderança do Senado fazer a confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - A Senadora Professora Dorinha Seabra já registou a presença? *(Pausa.)*

Vamos aguardar um pouco. *(Pausa.)*

Deputado Bohn Gass, V.Exa. quer usar a palavra?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Há confirmação de quórum para a abertura dos trabalhos, mas não há para deliberação. Provavelmente, há Senadores querendo fazer o registro de presença virtual.

Enquanto nós esperamos essa questão formal, eu quero apenas dizer da importância da votação, hoje, da Medida Provisória nº 1.188, que trata exatamente do apoio dado pelo Governo Federal para os Estados com problemas da sinistralidade, principalmente decorrentes dos fortes vendavais e ciclones que aconteceram.

São recursos que vão para os Ministérios da Defesa, da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Boa parte desses recursos, em se tratando de medida provisória, que tem força de lei, já foram executados. Os recursos que não foram executados se referem a projetos que estão em análise. No Ministério do Desenvolvimento Regional, que conta com o maior volume desses 360 milhões e 900 mil reais — o valor total dessa medida provisória —, estão em análise projetos que os Municípios fazem em função da sinistralidade vividas nesses locais.

Então, nobre Presidente, essa medida provisória é fundamental, porque socorre Estados. Eu posso falar do Rio Grande do Sul. Inclusive, a nossa coordenadora, Deputada Any Ortiz, fez uma convocação especial junto com os demais Deputados para que nós possamos votar a medida provisória. O prazo finda agora, no dia 27, e os projetos elaborados pelos Municípios que estão em análise no Ministério precisam efetivamente receber os recursos.

Portanto, se nós não votarmos essa medida provisória, essa parte que está em análise será perdida. São recursos que estão alocados e serão perdidos por aqueles Municípios que foram tão duramente atingidos e que precisam deles. Foram destruídos galpões, estribarias, casas, órgãos públicos, rodovias. São prejuízos enormes com as inundações e os vendavais que nós tivemos nas nossas cidades.

Queria apenas fazer essa reflexão, no sentido de nós compormos, de fato, o quórum aqui, para que possamos aprovar essa medida provisória que trata especificamente de socorro com recursos do Governo Federal para os Estados e Municípios que foram atingidos pelo ciclone. São 360 milhões e 900 mil reais, boa parte disso nos três Ministérios que eu já mencionei

1/5



Reunião de: 20/02/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

aqui. No Ministério da Defesa e Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional os recursos já foram executados. Mas a parte que não foi executada deve-se única e exclusivamente ao prazo regimental de análise dos projetos.

É muito justo que nós venhamos a aprová-la aqui, porque ainda precisa ser aprovada tanto na sessão da Câmara como na sessão do Senado, para efetivamente ter validade esse auxílio tão importante que o Governo Federal tem dado aos nossos Estados e aos nossos Municípios.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Recebemos uma solicitação da coordenadora da bancada do Estado do Rio Grande do Sul, Deputada Any Ortiz:

Solicitação de apreciação e aprovação da MP 1.188/2023.

Prezados membros da Comissão Mista de Orçamento,

Venho, por meio desta, solicitar atenção e ação urgente desta Comissão em relação à Medida Provisória nº 1.188, de 2023. Essa MP autoriza o repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos Estados e Municípios que se encontram em situação de calamidade pública e emergência, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, a MP está prestes a caducar e é fundamental que ela seja apreciada e aprovada antes que isso ocorra.

O valor de 360 milhões e 900 mil reais, destinado por essa medida, é crucial para apoiar as comunidades mais vulneráveis e garantir a continuidade das ações necessárias.

Portanto, é imprescindível que a MP 1.188/2023 seja aprovada nesta Comissão para posterior tramitação em sessão conjunta do Plenário do Congresso.

A urgência desse tema exige nossa atenção imediata, e contar com o apoio de todos os membros é essencial para o bem-estar da população afetada.

Agradeço antecipadamente pela consideração e pela atuação diligente em prol do interesse público.

Atenciosamente,

Any Ortiz

Deputada Federal

Coordenadora da bancada do Rio Grande do Sul.

Tem a palavra o Relator do Orçamento, Deputado Luiz Carlos Motta.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Sr. Presidente, quero apenas informar que o Relator da LDO, o Deputado Danilo Forte, pediu que reiterássemos para os companheiros que S.Exa. fez um requerimento direcionado ao Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco.

Requeiro, nos termos do art. 57, § 3º, inciso IV, e § 6º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 1º, inciso VI, do Regimento Comum do Congresso Nacional, a convocação de sessão extraordinária do Congresso Nacional para apreciação dos vetos às leis orçamentárias, Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 — LDO, e Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 — LOA, na semana dos dias 4 a 7 de março de 2024.

Justificação.

A legislação orçamentária sofreu vetos que podem comprometer a execução de ações importantes definidas pelo Congresso Nacional, acolhendo as demandas da sociedade brasileira, que foi consultada nas diversas audiências públicas realizadas pelos pares por ocasião da elaboração do relatório dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento da União.

Temos que os vetos afrontam e comprometem avanços nas políticas de atenção à saúde, em especial, de crianças e adolescentes com deficiência, assim como também a destinação de recursos para a educação, meio ambiente, infraestrutura urbana, melhorias em áreas rurais, investimentos em obras de saneamento, distribuição de água para consumo humano, entre tantas outras políticas discutidas e aguardadas pela população, sobretudo aquela mais carente de ações do Estado.

Ressaltamos que este é um ano eleitoral, portanto, de prazos reduzidos em relação à execução orçamentária, considerando o ciclo de apresentação de proposta, análise, empenho e liberação de recursos destinados

2/5



Reunião de: 20/02/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

aos entes públicos municipais. A demora na apreciação dos vetos poderá comprometer a execução do Orçamento em face dos impedimentos nesse período.

Diante do exposto, solicitamos aprovação para a realização dessa sessão orçamentária na primeira semana de março de 2024.

Esse é o requerimento que o Deputado Danilo Forte já protocolou no Senado Federal, cujo teor estamos apenas comunicando aos pares da CMO.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Eu não entendi se a solicitação do Deputado Motta é de que nós...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Estou dando ciência a V.Exas. de um requerimento que o Deputado Danilo Forte fez ao Senado Federal, requerendo que o Presidente Rodrigo Pacheco marque uma sessão na primeira semana de março para analisar os vetos tanto da LDO quanto da LOA.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - É um requerimento individual.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Isso, individual.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - O Senador Eduardo Gomes e o Senador Laércio Oliveira já estão a caminho. Vamos aguardar um pouco.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 5 de dezembro de 2023 até a presente data, inclusive os avisos do TCU de que não receberão recomendação para atuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. No entanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste.

Informo ainda que os expedientes publicados no *site* em 2023 serão enviados para arquivo, uma vez que até o momento não houve manifestação da atuação ou pedido de relatoria.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 20ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 5, 6, 7, 12, 13, 14, 20 e 21 de dezembro de 2023.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

Eu só queria registrar minha presença, Senador Laércio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Está registrada.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.188, de 2023, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$360.900.000,00, para os fins que especifica. Relatora: Senadora Augusta Brito. Voto: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.188, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, a Relatora indicou pela inadmissão.

A Relatora está com a palavra para a apresentação do relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Boa tarde.

Sr. Presidente, quero pedir permissão a V.Exa., até porque estou com a voz meio fanha, para ir direto à leitura da análise. E já agradeço ao Presidente.

Vamos fazer a leitura do nosso relatório, começando pela análise.

3/5



Reunião de: 20/02/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

"II. Análise

O instrumento legislativo sob exame foi analisado em relação a aspectos formais e materiais. As ponderações foram distribuídas em tópicos que abordaram aspectos atinentes à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito da matéria. Ao final, é analisada a emenda apresentada à Medida Provisória nº 1.188, de 2023.

Constitucionalidade

Preliminarmente, cumpre destacar que a edição de medida provisória e sua tramitação obedecem a ditames formais de constitucionalidade. O comando gravado no art. 62 da Lei Fundamental confere competência privativa ao Chefe do Poder Executivo para adotar medidas provisórias com força de lei e endereça a sua apreciação ao Parlamento. A Lei Magna também estatui, no art. 166, § 1º, I, que os créditos adicionais sejam examinados por uma Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores e apreciados na forma do Regimento Comum. Logo, compete à CMO manifestar-se a respeito, para tanto recorrendo em especial às normas prescritas na Resolução nº 1, de 2002, e na Resolução nº 1, de 2006, ambas do Congresso Nacional.

Sob o ponto de vista material (...) "cumprem-se "o instituto geral da 'urgência e relevância' (...) e a "imprevisibilidade" que respalde abertura de crédito extraordinário ao orçamento aprovado, neste caso, à LOA 2023.

(...)

Adequação Financeira e Orçamentária

(...)

Nesse particular, verifica-se que o crédito em apreço está de acordo com as disposições do Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), da Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei nº 4.320, de 1964.

(...)

No que diz respeito ao atendimento da Lei Complementar nº 200, de 2023, que instituiu um novo regime fiscal, em substituição ao 'Teto de Gastos' estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, destacamos que, a despeito de promover aumento no montante de despesas primárias, o presente crédito está em consonância com a citada lei complementar, porquanto as despesas autorizadas por créditos extraordinários não se incluem na base de cálculo e nos limites individualizados preconizados para 2023 pelo art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 2023.

Mérito

Com relação ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a presente abertura de crédito extraordinário, tendo em vista a tragédia que se abateu sobre um grande número de Municípios do Rio Grande do Sul. Cabe ao poder público federal, em regime de colaboração com as demais esferas federativas, enviar todos os esforços possíveis para restringir o impacto do ciclone extratropical e viabilizar a pronta recuperação das comunidades envolvidas. (...)"

Isso aqui também já foi defendido pelo Deputado Bohn Gass.

"Dessa forma" — conforme a exposição de motivos que acompanha a medida provisória —, "resta comprovada a necessidade do crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

(...)

Emendas

Conforme antes referido, foi apresentada apenas a Emenda nº 1 à medida provisória, no prazo regimental. A emenda propõe remanejar R\$ 30 milhões de uma das programações contidas no anexo do crédito extraordinário para uma nova programação, relativa à construção de barragem no Estado do Rio Grande do Norte.

Em que pese o mérito da proposta apresentada, consideramos que a emenda esbarra em disposições normativas que definem as hipóteses de cabimento de emendas nessa espécie de crédito adicional. De fato, o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dispõe que somente serão admitidas emendas a medidas provisórias que versem sobre créditos extraordinários para 'modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente'. A Emenda nº 1, ao propor um remanejamento de dotação, e não uma supressão, infringe a disposição regimental, não havendo como ser acolhida por esta relatoria.

Com base nesses fundamentos e em atenção ao disposto no art. 109, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, indicamos a inadmissão da Emenda nº 1 e somos pela aprovação da medida provisória nos termos propostos pelo Poder Executivo.

4/5



Reunião de: 20/02/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

III. Voto

Diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 1.188, de 2023, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção.

Quanto à única emenda apresentada (de nº 1), entendemos que deva ser declarada inadmitida, conforme os arts. 15, XI, 109, § 1º, 111 e 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Por fim, com relação ao mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.188, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a emenda indicada pela Relatora no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a medida provisória.

A matéria vai à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Arquivamento de matérias.

Segundo o § 3º...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de enaltecer o extraordinário parecer que a Senadora proferiu aqui para todos nós, com rigor de detalhes e toda a demonstração de conhecimento da matéria.

Só gostaria de fazer esse registro, sem querer impedir o prosseguimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Registrado.

Parabéns, Senadora.

Segundo o § 3º do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, é permitido ao Presidente da CMO, ouvido o Plenário, dispensar a designação de Relatores para as matérias relacionadas no inciso III, alíneas "a", "c", "d" e "e", e no inciso IV do art. 2º da mesma resolução.

Sendo assim, proponho ao Plenário o arquivamento das matérias que não foram apreciadas.

Para conhecimento do Plenário, as matérias aqui referidas são as seguintes: Relatório de Gestão Fiscal, Aviso nº 2, de 2023, do Congresso Nacional; e Relatório de Gestão Fiscal, Aviso nº 1, de 2023, e Aviso nº 10, de 2023, do Congresso Nacional.

O envio das matérias para arquivo está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2024.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa da Comissão para o ano de 2024. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** AJ Albuquerque, Beto Richa, Claudio Cajado, Dal Barreto, Daniel Agrobom, Domingos Sávio, Dr. Victor Linhalis, Fernanda Pessoa, Florentino Neto, Jonas Donizette, Julio Arcoverde, Laura Carneiro, Leo Prates, Murillo Gouvea, Murilo Galdino, Orlando Silva, Paulão, Rodrigo de Castro e Zé Vitor; **Senadores Titulares:** Angelo Coronel, Confúcio Moura, Jayme Campos, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Rodrigo Cunha e Sérgio Petecão; dos **Deputados Suplentes:** Átila Lins, Cabo Gilberto Silva, Clodoaldo Magalhães, Da Vitoria, Filipe Martins, Jadyel Alencar, Julio Cesar Ribeiro, Leur Lomanto Júnior, Mário Negromonte Jr., Merlong Solano, Rosângela Reis e Zé Haroldo Cathedral; dos **Senadores Suplentes:** Jaime Bagattoli, Nelsinho Trad, Teresa Leitão e Zequinha Marinho. Registrou-se a ausência dos membros titulares: **Deputados:** Adail Filho, Fernando Rodolfo, Filipe Barros, Luis Tibé, Luiz Nishimori, Professora Luciene Cavalcante e Zeca Dirceu e **Senadores:** Astronauta Marcos Pontes, Ciro Nogueira e Fabiano Contarato. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: **Deputados:** Ana Paula Leão, Átila Lira, Carlos Henrique Gaguim, Danilo Forte, Gabriel Nunes, Geraldo Resende e Rafael Prudente. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e seis minutos, havendo número regimental conforme disposto no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Deputado Claudio Cajado (PP/BA), de acordo com o *parágrafo 2º do artigo 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, combinado com o *artigo 14 da Resolução nº 01 de 2006 do Congresso Nacional*, abriu os trabalhos e declarou instalada a Comissão para o ano de 2024. **EXPEDIENTE:** I) CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS RECEBIDAS: 1) Ofício nº 56/2024 do Líder do PP, Deputado Doutor Luizinho, que indica o Deputado Julio Arcoverde (PP/PI) para o cargo de Presidente da CMO. Atingido o quórum de deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício consultou o Plenário sobre a possibilidade de fazer a eleição do cargo de Presidente da Mesa da CMO por aclamação. Em deliberação, a eleição da presidência por aclamação foi **APROVADA** na representação das duas Casas do Congresso Nacional. Declarou então, eleito e empossado, o Deputado Julio Arcoverde (PP/PI). O Presidente fez seu discurso, agradeceu e passou a palavra aos seguintes Deputados: Danilo Forte, Da Vitoria, Leo Prates, Jonas Donizette e Mário Negromonte Jr. Em seguida, solicitou que as lideranças partidárias façam as indicações para os cargos de Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes o mais rápido possível, para que seja realizada a eleição na próxima reunião da CMO e, em função do Ofício nº 022/2024/BLRESDEM, de 24 de abril de 2024, da Senadora Eliziane Gama, líder do PSD, designou o Senador



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Angelo Coronel para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2025, a quem convidou para sentar-se à Mesa. Em prosseguimento, o Presidente passou a palavra aos seguintes parlamentares: Senador Jayme Campos, Deputado Mário Negromonte Jr, Deputado AJ Albuquerque, Deputado Átila Lira, Deputado Átila Lins, Deputado Daniel Agrobom, Deputado Florentino Neto, Senador Nelsinho Trad, Deputado Domingos Sávio, Deputado Dr. Victor Linhalis, Deputado Gabriel Nunes, Senador Rodrigo Cunha, Deputado Murilo Gouvea, Deputada Fernanda Pessoa, Deputado Rodrigo de Castro, Deputado Orlando Silva e, finalmente, ao Senador Angelo Coronel, que expressou suas expectativas em relação ao trabalho a ser realizado à frente da Relatoria-Geral do Orçamento. O Presidente agradeceu as felicitações recebidas e anunciou que no dia de hoje foi divulgada a nova página eletrônica da CMO no Portal do Congresso Nacional. Também informou as seguintes diretrizes gerais: **1)** Conforme o Ato nº 1/2023 da Comissão Diretora do Senado Federal, esta Comissão se reunirá de forma semipresencial. Os links das reuniões serão disponibilizados no aplicativo Infoleg. No mesmo aplicativo, os Senadores e Deputados deverão entrar na reunião virtual, registrar sua presença e seu voto nas deliberações. Inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30, até que haja acordo com o novo colegiado de representantes das lideranças da Comissão. **2)** De acordo com o disposto no *art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN*, até o dia 6 de maio é o prazo regimental para a indicação das relatorias. Deverão ser indicados os Relatores Setoriais, o Relator da Receita e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no *art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN*. **3)** O dia 6 de maio também será o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes **comitês**, conforme estabelece o *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN*: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. **4)** A indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, até o dia 6 de maio. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente, Deputado Julio Arcoverde agradeceu a todos os parlamentares e encerrou os trabalhos, às quinze horas e cinquenta e sete minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Julio Arcoverde, Presidente**
XX



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO (SEMIPRESENCIAL))

Em 24 de Abril de 2024
(Quarta-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. Bloco/PP - BA) - Eu peço silêncio aos assessores e presentes na galeria para que possamos dar início à eleição e posse do Presidente e designação de Relator. Vou iniciar a sessão.

Há quórum regimental para a abertura da reunião.

Declaro iniciada a presente reunião de instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional — CMO.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

De antemão, quero agradecer a presença maciça de Senadores aqui conosco nesta sessão.

Assumo temporariamente a condução dos trabalhos, conforme determina o art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Declaro instalados os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, saudando o decano da Comissão, que é o Deputado Átila Lins, do PSD da Amazônia.

Comunico aos Srs. Membros a seguinte indicação: Ofício nº 56, de 2024, do Líder do PP, Deputado Doutor Luizinho, que indica o Deputado Julio Arcoverde, do PP do Piauí, para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *(Palmas.)*

Informo, ainda, que há acordo de Lideranças indicando o Deputado Julio Arcoverde para a Presidência desta Comissão. Consulto o Plenário sobre a possibilidade de fazermos a eleição da Mesa da CMO para a Presidência por aclamação.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Apoiado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. Bloco/PP - BA) - Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro, portanto, eleito, e convido à Mesa o Deputado Julio Arcoverde para ser empossado como novo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para o exercício de 2024 até o final do seu mandato. *(Palmas.)*

A partir deste momento, passo a Presidência dos trabalhos para o Deputado Julio Arcoverde, parabenizando-o pelo excelente trabalho que irá desenvolver nesta Comissão, devido à sua experiência, duas vezes como Deputado Estadual pelo Piauí, e no primeiro mandato de Deputado Federal, porém com uma larga experiência.

Então, Julio, fico muito feliz por V.Exa. assumir esta Presidência e conduzir os nossos trabalhos durante este exercício. Parabéns e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Esses elogios do Deputado Claudio Cajado não valem muito, porque ele é um colega de vida pública e um irmão há muito tempo.

Quero aqui agradecer primeiro a Deus por esta oportunidade e quero agradecer a cada Senador presente e a cada Deputado.

1/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eu fiz algumas anotações aqui, para que pudesse passar para os senhores, porque Deputado iniciante tem sempre que trazer algo escrito ou fazer alguma anotação, pelo menos no começo dos seus pronunciamentos, principalmente em uma Comissão tão importante e com tantos valores aqui que a acompanham.

Senhoras e senhores, boa tarde.

É com grande satisfação, senso de responsabilidade e, principalmente, sob a orientação de Deus que assumimos hoje a Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, dizem que a mais importante Comissão Mista do Poder Legislativo Federal.

Os desafios que se nos apresentam são muitos, e temos a convicção de que, para enfrentá-los, o melhor caminho é perseguirmos a construção de consensos e compromissos que possibilitem ao Brasil atravessar com segurança as dificuldades econômicas e orçamentárias que ora se apresentam.

Do mesmo modo que conduzimos nossa vida pública nos últimos 20 anos, assumimos essa honrosa missão com o firme compromisso de exercê-la com total afinco e dedicação. Afinal, sabemos que este Colegiado tem a elevada atribuição de avaliar, deliberar e destinar os recursos públicos necessários para a promoção do desenvolvimento sustentável do País, com o objetivo maior de melhorar a vida da população brasileira.

Precisamos oferecer à sociedade um planejamento melhor do País, para que não falem os recursos mínimos que garantam uma sobrevivência digna para a nossa população. Para cumprirmos nossa missão, precisamos da colaboração e participação efetiva dos nossos caros colegas de Parlamento.

Temos certeza de que poderemos contar com o bom senso e a seriedade de todos nas discussões das matérias orçamentárias de competência de nossa Comissão.

Nosso foco devem ser sempre os interesses sociais do País, com os olhos voltados para o futuro, em busca do melhor planejamento para a aplicação dos recursos públicos. Fazemos aqui um apelo a todos os integrantes desta Comissão, para que busquemos conduzir nossos trabalhos de forma serena e harmônica, a fim de alcançarmos os melhores resultados. Acreditamos firmemente que a ação coletiva e o consenso são vetores essenciais para que possamos construir um orçamento exequível e justo.

Estão sob nossa responsabilidade matérias essenciais para o tão sonhado salto de desenvolvimento do Brasil em áreas fundamentais como, por exemplo, a social, com a destinação de recursos para combater a fome, com foco na geração de emprego, melhorias na saúde, educação e segurança pública, além de incentivos à inovação tecnológica.

Nosso foco em 2024 é garantir a alocação de recursos e investimentos voltados para iniciativas que fortaleçam a infraestrutura nacional e elevem de fato o potencial do Brasil.

Aqui na CMO, vamos debater e aprovar os mais importantes projetos e programas relacionados ao Orçamento da União, voltados à estabilidade econômica e fiscal. Destacamos, em especial, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO, o Projeto de Lei Orçamentária — PLOA e os Projetos de Lei do Congresso Nacional — PLNs, que tratam dos créditos adicionais solicitados pela Presidência da República.

Na mesma linha, senhoras e senhores, temos a análise das medidas provisórias de créditos extraordinários para cobrir despesas imprevisíveis e urgentes, a exemplo de calamidades públicas, desastres, emergências, comoção interna e até mesmo — que Deus nos proteja — guerra.

Como afirmou recentemente o Deputado Doutor Luizinho, nobre Líder do nosso partido na Câmara dos Deputados, *"em política não se constrói nada sozinho"*. É por isso que nossa palavra de ordem, nesta Presidência da Comissão, será sempre pautada pela harmonia entre Câmara e Senado Federal, traduzida em equilíbrio e trabalho conjunto, integrado e respeitoso de Parlamentares de todos os partidos e correntes políticas.

Teremos, na Comissão Mista de Orçamento, o firme compromisso com a legalidade, a transparência e o amplo diálogo com a sociedade, aqui muito bem representada por Deputados e Senadores de grande experiência e senso público.

Afirmamos o nosso compromisso de trabalhar integrados e em plena harmonia com todos os Relatores e membros desta Comissão Mista, buscando sempre soluções voltadas ao crescimento do País, e zelando pela correta destinação dos recursos.

O Brasil, senhoras e senhores, é um país de grande potencial, com um povo extraordinário. E, como qualquer outra nação, tem deficiências e necessidades. Esta Comissão, portanto, tem a oportunidade de direcionar os investimentos que poderão realinhar os trilhos em busca da "ordem e progresso" inscritos na nossa querida Bandeira.

Gostaríamos, por fim, de agradecer ao nobre Líder, Deputado Doutor Luizinho, pela indicação à Presidência de tão importante Comissão.

2/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agradecemos também ao Presidente da Câmara, eminente Deputado Arthur Lira; ao Presidente do meu partido, o Progressistas, Senador Ciro Nogueira, pela lealdade, parceria e principalmente confiança em nossa atuação parlamentar; e ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, pelo apoio institucional ao trabalho das Comissões Mistas.

Nossa especial gratidão ao povo do Piauí e aos mais de 117 mil eleitores que nos confiaram esse mandato. Vocês têm agora um piauiense no comando dessa tão relevante Comissão Mista do Congresso Nacional. Com certeza — aqui me permitam —, meu Estado terá um olhar diferente nesta Comissão.

Temos certeza de que, juntos e em harmonia, cumpriremos a importante missão de proporcionar ao Brasil a distribuição justa e equilibrada do nosso orçamento público, fazendo chegar ao destino correto os investimentos e as melhorias na vida de homens, mulheres e crianças de todo o nosso País.

Muito obrigado pela presença de todos. *(Palmas.)*

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma saudação.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Inicialmente, quero parabenizar V.Exa. pela envergadura que lhe é cabida neste momento de presidir esta Comissão, sem sombra de dúvida, a Comissão mais importante do Congresso Nacional. Trata-se de um desafio para um piauiense de fibra. Um torcedor do River de Teresina só pode ter muita fibra para estar aqui disputando com um time grande no Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, quero desejar sucesso a esta Comissão, da qual não faço parte este ano, mas tenho uma alegria muito grande pelo muito que tenho aprendido aqui. Foi nesta Comissão que se começou a construir a autonomia do Congresso Nacional, do Poder Legislativo. Aqui, em 2014 — naquela época, o Deputado Cajado ainda era jovem, junto comigo, e hoje é nosso decano —, discutíamos a questão do orçamento impositivo para as emendas individuais.

Existia uma distorção muito grande na democracia interna do País, quando os Deputados e Senadores da Oposição nem sequer tinham direito ao empenho das suas emendas individuais, um verdadeiro desrespeito ao Parlamento e à equidade democrática que todos os Parlamentares têm nesta Casa, indiferente serem de oposição ou de governo; do partido A, B ou C; vermelho, azul, verde ou amarelo. O importante é que todos tenham o mesmo tratamento. É assim que a democracia se nivela.

No ano passado, tivemos um alcance ainda maior. Eu sempre advoguei em prol da causa de que o orçamento, quanto mais impositivo, mais transparente é. E o Parlamento assume a responsabilidade, inclusive, de diminuir as incidências das famosas — entre aspas — "pautas bombas", porque há uma concorrência pela verba discricionária do orçamento para investimentos e, quando há emendas Parlamentares e dotações de investimento do próprio Governo, do Poder Executivo, disputando a área, há um receio maior com relação às "pautas bombas". Mas precisamos fazer avançar ainda mais em direção a essa consolidação.

Por isso, faço aqui, inclusive, uma conclamação para que nós tenhamos a compreensão por parte do Poder Executivo no que diz respeito à apreciação dos vetos ao orçamento de 2024. Já estamos no final do mês de abril — praticamente não teremos mais votação este mês, a não ser no dia de hoje —, entrando no quinto mês do ano. E fizemos um cronograma para facilitar o entendimento pelo próprio Poder Executivo da oportunidade da execução orçamentária e dar segurança e estabilidade a essa execução. No entanto, o que estamos vendo é a postergação da votação pelo Congresso Nacional.

Em um primeiro momento, em fevereiro, houve um entendimento na Comissão anterior, presidida pela Senadora Daniella Ribeiro, de que teríamos a sessão do Congresso Nacional em março; mas já estamos no final de abril, e a sessão não aconteceu. Inclusive, há uma sessão marcada para hoje, e é importante que essa reafirmação se dê, até porque os Municípios estão ávidos por esses recursos. No ano passado, os recursos da saúde chegaram no final do segundo semestre, e a população sofreu muito em razão de hospitais que foram fechados, de medicamentos que faltaram, principalmente em nossos rincões, nos Municípios mais pobres do Norte e do Nordeste brasileiro.

Diante disso, faço uma conclamação para que esta Comissão, que valoriza a lei mais importante do Congresso Nacional, também possa ter o entendimento da necessidade e da urgência da votação no Congresso Nacional dos vetos tanto à LDO como à LOA, para que possamos ter um orçamento cada vez mais consolidado e transparente no Brasil.

Desejo a todos boa sorte.

Informo que já estou com as emendas prontas para a LDO deste ano. Podem se preparar porque nós vamos participar do debate.

3/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Danilo Forte. Agradeço as palavras e parabênz V.Exa. pelo trabalho na LDO do ano passado.

Tem a palavra o Deputado Da Vitória.

O SR. DA VITORIA (Bloco/PP - ES) - Meu amigo, Presidente Julio Arcoverde, quero falar, em nome dos nossos colegas progressistas, da nossa satisfação em vê-lo nesta Presidência — e não só dos nossos Deputados do Progressistas, mas também de toda a bancada. Queria até levantar uma questão de ordem para ver se poderia votar duas vezes porque não encontrei ninguém que não tenha simpatia por V.Exa.

Quero parabenizar V.Exa. não só pela liderança de ofício, chancelada aqui por nós e por nossos Senadores — que quero cumprimentar —, mas também pela sua liderança natural. Tenho certeza de que teremos nesta Comissão, neste período legislativo, uma boa agenda para cumprirmos nossa missão, que é a elaboração do orçamento junto ao Governo Federal.

Esta Casa é legitimada pelo voto popular para que possamos representar a sociedade. E esta Comissão é o elo direto de ligação com a vida dos cidadãos, através daquilo que pagam de imposto, de tributo, os quais têm que retornar em benefícios a eles. Tudo isso passa pela CMO.

Estou muito motivado e quero cumprimentar aqui o Deputado Cajado, que, desde 1980, já atuava nesta CMO. Há mais de 40 anos S.Exa. está aqui e assumiu o compromisso de dar uma consultoria à nova bancada do Progressistas. O Deputado Antonio Brito está ao lado de S.Exa. e também não fica para trás. Então, aqui estão os nossos Parlamentares com maior experiência e atuação.

O momento que vivemos é um momento em que o Congresso se empodera muito do orçamento, e precisamos alcançar, de forma ágil e célere, um meio para que esses recursos cheguem não só às nossas bases, mas àqueles que mais precisam.

Eu tenho certeza de que a consciência de cada um dos Parlamentares desta Comissão, que representam todo o Congresso Nacional, fará com que tenhamos um excelente trabalho sob vossa liderança.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Da Vitoria.

Tem a palavra o Deputado Leo Prates.

O SR. JAYME CAMPOS (UNIÃO - MT) - Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de me inscrever, por gentileza. Senador Jayme Campos, de Mato Grosso.

O SR. LEO PRATES (Bloco/PDT - BA) - Sr. Presidente, eu queria enaltecer a sua figura. Ver um nordestino na Presidência desta Comissão é motivo de muito orgulho e regozijo para todos nós. Sabemos da sua atuação parlamentar e, por isso, esperamos o melhor para o País neste momento. Como disse meu antecessor aqui, não conheço ninguém que não respeite ou não goste de V.Exa. Então, espero que o Nordeste possa continuar nos orgulhando.

Quero saudar todos os Senadores na figura do Senador Angelo Coronel.

E quero dizer a V.Exa. que conte com este humilde Deputado, que está chegando a esta Casa para o primeiro mandato e tem muito a aprender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado. Eu também quero contar com seu trabalho e sua experiência. Apesar de jovem, V.Exa. poderá contribuir com a Presidência desta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, eu quero cumprimentá-lo também pela Presidência dos trabalhos. Não é comum, nesta Casa, um Deputado de primeiro mandato, como V. Exa., embora tenha uma larga experiência de vida pública, chegar e assumir um cargo de tamanha responsabilidade.

Mas eu estava vendo aqui a história de V.Exa., que tem experiência tanto no Legislativo, quanto no Executivo, já tendo comandado órgãos da Administração Executiva no seu Estado e ocupado cargos importantes também no Governo Federal. Então, V.Exa. é uma pessoa acostumada a ser o que nós chamamos — eu, que fui Prefeito de Campinas por duas vezes — ordenador de despesa. Mesmo com a nova Lei de Improbidade, que esta Casa votou e com a qual equilibrou um pouco as coisas, sabemos que hoje, no Brasil, a pessoa assina no CNPJ e responde pelo CPF. Então, eu fico feliz por ter uma pessoa com a sua experiência ocupando a Presidência desta Comissão.

Eu queria, Presidente, fazer uma observação que acho que é uma luta o que o Brasil está fazendo para que a população compreenda cada vez mais a política. Esta Comissão, tirando a excepcionalidade das Comissões Mistas Parlamentares de Inquérito, é a única do Congresso que conta com Deputados e Senadores, porque ela prepara, ela faz, ela vota antes do

4/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

encaminhamento ao Plenário tanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto a Lei Orçamentária. Acho que nós devemos fazer um esforço para traduzir as linguagens, que, muitas vezes, são de difícil compreensão da população, para que a população entenda aquilo que estamos debatendo nesta Casa.

Também já deixo como sugestão a V.Exa. e aos Relatores que nós possamos ampliar ao máximo... Num país de dimensão continental como o Brasil, quando falamos em ampliar ao máximo, é claro que podemos fazer várias atividades presenciais...

Presidente, eu só pediria um pouquinho... Acho que está um movimento muito...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Senhores, vamos fazer silêncio para ouvir os companheiros.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Eu pediria, Presidente, que nós pudéssemos ter canais eletrônicos de participação popular para que a população possa também se manifestar tanto na parte de segmentos quanto na parte dos Prefeitos. E aí eu quero dizer que isso vai ser um pouco a minha atuação. Fui Presidente da Frente Nacional de Prefeitos e acredito que o Brasil é um país muito desequilibrado entre o dinheiro que fica em Brasília e o dinheiro que vai aonde o povo mora, aos Municípios, onde nós temos os votos, onde a população deposita em nós as esperanças de representatividade aqui no Congresso Nacional.

Então, eu quero também convidar os companheiros desta Comissão a estarem comigo nessa jornada para que nós possamos fazer um orçamento que seja realmente para o povo brasileiro e para as cidades do Brasil, para que a população sinta a diferença na ponta do serviço médico, da educação, do transporte, de todos os serviços públicos prestados.

Eu desejo uma boa administração na Presidência desta Comissão a V.Exa.

Conte comigo nos debates desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP - BA) - Eu quero só fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP - BA) - É só uma questão de ordem até para ajudar todos para que nós evitemos fazer dois cumprimentos a V.Exa., que merece muito. Nosso partido e eu, pessoalmente, estamos muito felizes com a sua ascensão à Presidência desta Comissão tão importante, posição que eu, muito honrosamente, ocupei em 2018.

Minha sugestão é que V.Exa. indique e chame o Relator da CMO para que façamos os grandes cumprimentos a ele e a V. Exa. de uma vez.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito bem, Deputado Mário. Aceito sua pertinente sugestão.

Peço ao Senador Jayme Campos um pouco mais de paciência.

Antes da indicação, quero apenas solicitar às Lideranças que façam o mais rápido possível as indicações para candidatos aos cargos de 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e 3º Vice-Presidente, para que a eleição seja realizada na próxima reunião da Comissão.

Em função da indicação do Senador Otto Alencar, Líder do PSD, designo o Senador Angelo Coronel Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual e o convido a se sentar à mesa. (*Palmas.*)

Tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (UNIÃO - MT) - Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, prezado e estimado amigo Senador Angelo Coronel, que agora assume a relatoria da CMO, Deputado Cajado, velho amigo meu, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, antes de mais nada, dizer que estou muito feliz porque é a quarta vez que participo da Comissão de Orçamento. Estive aqui em 2007, em meu primeiro mandato como Senador da República, e fui Relator Setorial dos recursos atribuídos ao Ministério das Cidades. Voltei no período de 2011 a 2013. Desta feita, por indicação do meu partido, União Brasil, estou aqui para representar o Senado Federal por meio da nossa agremiação partidária.

O Deputado Danilo Forte já disse aqui — e concordo com ele — que esta Comissão é a mais importante do Congresso Nacional. Por aqui passam todos os recursos a serem investidos em nosso País.

5/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eu não vou me alongar e até acho que deve ser estabelecido um tempo de no máximo 3 minutos para cada um, porque vários oradores certamente desejam falar.

Quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, e aos demais amigos aqui presentes que eu tive a primazia de ser Prefeito por três mandatos na minha cidade, o segundo maior Município de Mato Grosso, com 320 mil habitantes. Fui também Governador do meu Estado. E este é o meu segundo mandato como Senador da República. Tenho seis mandatos e conheço alguma coisa em termos de orçamento. Venho aqui dar minha contribuição.

Espero que todos nós tenhamos a mesma visão sobre a responsabilidade que tem esta Comissão de destinar recursos às áreas prioritárias do Brasil, um país carente, com muitas deficiências. Esta Comissão, com certeza, tem a responsabilidade de buscar efetivamente aquilo que vai ser bom para a sociedade brasileira.

Eu quero desejar boa sorte e sucesso a V.Exa. e ao meu amigo Senador Angelo Coronel. Estamos aqui para contribuir, não só eu, como também os demais pares do Senado, o Senador Sérgio Petecão, velho amigo meu, o Senador Nelsinho Trad, amigo, o Senador Confúcio Moura, Governador, a nossa querida amiga Senadora Zenaide, que está pronta para somar, além de outros companheiros nossos.

Feito isso, Presidente, eu quero me colocar à sua disposição para que juntos possamos somar e elaborar, com certeza, uma peça orçamentária em que possamos dar satisfação à sociedade brasileira de que o orçamento que nós fizemos aqui foi elaborado com muita responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senador Jayme Campos. V.Exa. pode ter certeza de que tanto o Presidente Julio como o Senador Coronel, Relator, vão precisar muito da sua experiência. Contamos muito com o seu apoio nesta Comissão.

Com a palavra o Deputado Mário Negromonte Jr.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP - BA) - Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

Volto a esta Casa, a esta Comissão e vejo V.Exa. como Presidente, indicado pelo nosso partido Progressistas, depois que já ocupou aqui essa mesma cadeira o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira. Eu também tive a oportunidade de dar minha contribuição em 2018, como eu falei aqui, assim como tantos outros do nosso partido, às vezes não como Presidente, mas como Relator, seja da LOA, seja da LDO.

Vejo o Deputado Cajado, também do nosso partido, compondo a Mesa. Ele gosta muito de presidir temporariamente esta CMO. Aliás, ele não gosta de sair daqui.

Vejo também o Deputado Antonio Brito, nosso Líder do PSD, querido amigo da Bahia. E vejo ainda o grande amigo e querido Senador do nosso Estado da Bahia Angelo Coronel, que conhece como ninguém o orçamento. Tenho certeza de que ele vai colocar seu nome na história desta Comissão desempenhando esse grande papel e orgulhando o nosso Estado da Bahia. Eu tenho certeza de que a sua vontade vai ser ajudar o Brasil e as suas ações serão para isso também, obviamente, mas com um olhar especial para a Bahia. Que Deus o abençoe. Conte conosco aqui.

Deputado Julio, tenha certeza de que o nosso partido está muito orgulhoso com a sua chegada à Presidência. Conte conosco, não só com este seu amigo aqui, humilde sertanejo lá da Bahia, do Sertão da Bahia. Queremos contribuir com a experiência que temos desta Comissão, mas ao lado também do Deputado AJ Albuquerque e de muitos outros amigos do partido Progressistas. Estaremos ao seu lado aqui de corpo e alma.

Estamos juntos, meu amigo!

Que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Mário Negromonte. Quando eu tive a oportunidade de vir aqui conversar com o pessoal da consultoria da Comissão, eu estava um pouco ansioso, e eles disseram para mim: *"Fique tranquilo, porque o Deputado Mário Negromonte Jr. também chegou aqui na mesma situação sua e saiu um craque"*.

Realmente, V.Exa. é um craque nessa área. Vou contar muito com o seu apoio aqui. Preciso muito do seu apoio.

Obrigado, meu irmão de coração.

Tem a palavra o Deputado Federal AJ Albuquerque, do Progressistas do Ceará.

O SR. AJ ALBUQUERQUE (Bloco/PP - CE) - Obrigado, Presidente.

Quero aqui agradecer ao nosso Líder, Deputado Doutor Luizinho, e ao nosso Presidente do Progressistas, Senador Ciro Nogueira, por mais uma vez eu poder ser membro desta Comissão tão importante, a Comissão Mista de Orçamento.

6/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estou feliz de tê-lo como Presidente, Deputado Julio, que é um grande quadro do nosso partido.

Conheço sua sensibilidade, principalmente com aqueles que mais precisam da atenção do poder público. V.Exa. está ao lado do brilhante Senador Angelo Coronel, como Relator. Tenho certeza de que esses dois nordestinos vão trabalhar para diminuir as desigualdades no País, e principalmente no nosso querido Nordeste.

Parabéns! Contem com nosso trabalho e nosso apoio nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado AJ. Fiquei feliz quando soube que V.Exa. estava nesta Comissão. Hoje, nós temos uma amizade muito grande dentro do Progressistas. Respeito a experiência de V.Exa., que sabe como a população do seu Ceará precisa de recursos. Devemos olhar justamente para aquela população que mais precisa.

Tem a palavra o meu conterrâneo Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PP - PI) - Deputado Julio, em nome dos Progressistas do Piauí, eu e o Senador Ciro Nogueira parabenizamos V.Exa. por essa importante missão.

Sem dúvida nenhuma, os piauienses estão em festa com a missão que V.Exa. assumiu, indicada pelo nosso partido. Pela sua experiência como Deputado Estadual por três mandatos, como Presidente do CONATRAN, como Presidente do DETRAN, como Deputado Federal, como Presidente de outras Comissões e Relator de diversas matérias, não tenho dúvida de que V.Exa. vai abrilhantar esta Casa e vai dar um *show* nas matérias de orçamento do Brasil.

Portanto, eu desejo que Deus possa abençoá-lo, e que V.Exa. tenha pleno êxito e sucesso à frente dessa missão na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Parabéns, Deputado Julio.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Agradeço ao Deputado Átila Lira. Tenho respeito e admiração por V.Exa. e por toda a sua família.

V.Exa. está dando prosseguimento a uma história familiar dentro da Câmara dos Deputados. Os Deputados com mais mandatos sabem que V.Exa. é filho do ex-Deputado Átila Lira, do Piauí. Eu tenho certeza de que V.Exa. vai dar prosseguimento à história política da sua família na Câmara dos Deputados.

Tem a palavra o meu amigo Deputado Átila Lins, que tem muito poucos mandatos na Casa. *(Risos.)*

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) - Sr. Presidente e caro amigo Deputado Julio Arcoverde, quero saudá-lo por ter sido escolhido unanimemente para presidir esta importante Comissão Mista.

Cumprimento também o Senador Angelo Coronel, do meu partido, que vai ter um desempenho extraordinário como Relator-Geral do Orçamento.

Deputado Julio, não tenho nenhuma dúvida de que, a despeito de estar no seu primeiro mandato, V.Exa. já traz do Piauí uma experiência extraordinária como Deputado Estadual, além de ter ocupado muitos cargos na Assembleia Legislativa piauiense. É evidente que V.Exa. vai colocar todo esse trabalho e toda essa ação que desenvolveu na Assembleia do Piauí a serviço do seu País, aqui na Comissão Mista de Orçamento.

Portanto, quero parabenizá-lo e dizer que é uma alegria voltar à Comissão de Orçamento, designado pelo meu Líder Deputado Antonio Brito, que é uma figura importante no Parlamento e que me designou para este ano participar da CMO. Eu o faço com uma alegria redobrada, por contar com V.Exa. na Presidência, Deputado Julio Arcoverde, porque V.Exa. é um velho amigo e um grande companheiro.

Aproveito para saudá-lo, Deputado Claudio Cajado. V.Exa. já é um patrimônio da Comissão de Orçamento há anos. Estou aqui desde 1990, e V.Exa. já integrava a Comissão de Orçamento. Quando o Líder do PP faz as indicações para a Comissão de Orçamento, de quantas vagas o PP dispõe? De quatro? De quatro, não; de três, porque uma é do Deputado Cajado. Ele ocupa essa posição aqui há muito tempo. Quero saudá-lo, porque ele é uma pessoa muito experiente e tem ajudado muito o País nesta Comissão.

Deputado Julio, sucesso para V.Exa. Conte com o seu amigo. Estarei aqui pronto para ajudar e para contribuir não só com V.Exa., mas também com o nosso Relator-Geral, para que o nosso País tenha cada vez mais um orçamento consolidado que reflita o interesse e a vontade do povo brasileiro. Que, através desta Comissão do Orçamento — a mais importante do Parlamento, na minha avaliação —, V.Exa. possa traduzir os anseios do povo brasileiro, fazendo com que nós tenhamos um orçamento cada vez mais voltado para os interesses do País, principalmente para as classes menos favorecidas.

Portanto, desejo sucesso a V.Exa. na sua jornada.

7/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Desejo também muito sucesso ao Senador Angelo Coronel, Senador do meu partido, o PSD. Trago aqui o abraço do meu Presidente, o Senador Omar Aziz, que está muito feliz de saber que o Relator-Geral é da sua bancada, lá do PSD no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Atila Lins.

Eu tenho certeza de que tanto o Presidente desta Comissão quanto o Relator vão precisar muito da sua experiência oriunda desses nove mandatos que V.Exa. tem na Casa.

V.Exa. sabe da minha felicidade quando eu vi sua indicação pelo PSD. Além de amigo, V.Exa. é um conselheiro. Então, muito obrigado pelas palavras.

Com a palavra o Deputado Daniel Agrobom, meu companheiro de algumas Comissões. Esta vai ser mais tranquila, Deputado Daniel. *(Risos.)*

O SR. DANIEL AGROBOM (PL - GO) - Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos os colegas Deputados.

Presidente, eu queria parabenizá-lo e externar a alegria que tenho hoje aqui nesta Casa, primeiramente por ser titular desta Comissão tão importante, como todos nós sabemos.

Eu queria aproveitar esta oportunidade também para agradecer ao nosso Líder do PL, Deputado Altineu Côrtes, que me deu a oportunidade de hoje estar aqui, na minha primeira legislatura, como titular desta tão importante Comissão.

Eu queria, desde já, Presidente, externar esta alegria, porque nós já estivemos juntos em outras Comissões, onde eu aprendi muito com V.Exa. Eu não tenho dúvida de que aqui também trabalharemos juntos. Eu me coloco à disposição da Comissão.

Parabenizo também o Senador Angelo Coronel pela relatoria.

Estou à disposição desta Comissão para, juntos, trabalharmos muito, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, meu amigo Deputado Daniel Agrobom. Vamos aprendendo juntos nessa caminhada.

Eu peço a todos um pouco de silêncio para que possamos ouvir as palavras dos Deputados que querem se pronunciar.

O próximo a ser chamado será um conterrâneo meu, o Deputado Florentino Neto, ex-Prefeito de Parnaíba e Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Piauí.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI) - Meu caro Presidente, Deputado Julio Arcoverde, gostaria de parabenizar V.Exa., como gostaria também de parabenizar o nosso Relator, Senador Angelo Coronel.

Mas é a V.Exa., Deputado Julio Arcoverde, que eu quero dirigir minhas palavras, que são palavras de confiança da nossa bancada do Piauí. Todo o Piauí está feliz com a sua escolha. Nossos colegas — sejam Senadores, sejam Deputados — estão extremamente felizes em ver V.Exa., no exercício do primeiro mandato, chegar a um posto tão elevado aqui na Câmara Federal.

Eu, que tenho por V.Exa. uma amizade cultivada ao longo dos anos, sei da capacidade e da competência que V.Exa. já emprestou a vários órgãos públicos em âmbito nacional e estadual e também à Assembleia Legislativa do Piauí, por dois mandatos.

Agora meu caro Deputado Julio, como amigo, eu quero lhe dizer que eu imagino a sua emoção em estar aqui nesta Casa, aqui no Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Por favor, eu peço silêncio aos colegas para que possamos ouvir os pronunciamentos dos inscritos.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI) - ...nesta Casa, na Comissão Mista da qual fazem parte Senadores e Deputados.

Quero lembrar da grande figura humana, do grande homem público, do grande líder político do meu Estado, que foi seu pai, o grande Senador e Governador do Estado Dirceu Arcoverde. Muitos aqui não sabem, mas Dirceu Arcoverde, o pai do Deputado Julinho, foi um dos maiores Governadores que nós tivemos na nossa história. Praticamente todas as cidades do Piauí têm uma obra pública em homenagem a Dirceu Arcoverde, pelo grande trabalho que ele fez em nosso Estado. Ele foi escolhido pelo povo do Piauí para vir representar o nosso povo aqui no Senado da República. Na verdade, os desígnios de Deus são maiores, e ele teve um problema de saúde no próprio Senado da República, foi internado e faleceu. Isso já

8/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

faz mais de 30 anos. E vemos aqui o filho do nosso grande Dirceu Arcoverde, representando-o, representando sua família e desempenhando um papel que vai orgulhar o Estado do Piauí.

Por isso, Deputado Julio Arcoverde, de coração, com muita emoção, quero lhe parabenizar.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Florentino Neto, que representa a segunda maior cidade do Piauí. Muito obrigado pelas palavras. V.Exa. sabe o carinho que temos tanto por V.Exa. quanto pela cidade de Parnaíba. V.Exa., com sua parcimônia, com sua inteligência, também será muito importante para todos nós aqui, tanto para mim quanto para o Relator Angelo Coronel.

Muito obrigado pelas palavras.

Tem a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) - Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, nosso querido amigo Deputado Cajado...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Por favor, senhores, peço só um pouco de silêncio para ouvirmos as palavras dos inscritos.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) - ...Líder Antonio Brito, falo aqui neste momento para poder trazer o abraço da bancada do PSD, designados que fomos, eu e o Senador Sérgio Petecão, pelo nosso Líder Senador Otto Alencar, a fim de desejar muita sabedoria e boa sorte ao Senador Angelo Coronel.

Temos certeza de que essa indicação que se iniciou no partido, lá atrás, numa discussão interna entre os membros Senadores do partido, prosperou no seio da Casa, pela pessoa, pela personalidade, pelo caráter e pela retidão que representa o Senador Angelo Coronel.

Então, trago aqui o abraço do nosso Líder Senador Otto Alencar, na minha pessoa e na pessoa do Senador Sérgio Petecão.

Boa sorte também, Deputado Julio Arcoverde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad. Eu também agradeço ao Senador Sérgio Petecão.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Boa tarde, Sr. Presidente, prezado colega Deputado Julio Arcoverde.

Quero cumprimentar também o Senador Angelo Coronel e o meu amigo Deputado Claudio Cajado, com quem já tive a alegria de conviver aqui em várias legislaturas. Ele já é patrimônio desta Comissão. Vi que o Deputado Cajado já está se tornando um dos Deputados mais longevos desta Casa. Acho que temos o mesmo número de legislaturas. Eu tenho oito mandatos, mas, de Deputado Federal, V.Exa. tem bem mais do que eu. Eu comecei lá nos degraus de baixo. Mas nós nos tornamos amigos aqui e aprendemos muito juntos nesta Comissão.

Nós percebemos, inclusive, um clima até de certa euforia, e é natural, porque é, de fato, a Comissão mais importante do Parlamento, prezado Deputado Julio. V.Exa. tem uma missão extremamente árdua, mas essa euforia obviamente vem também com um sentimento de responsabilidade para todos nós. Eu já participei aqui como Deputado da base de Governo e como Deputado de oposição. E eu aprendi uma coisa, algo que temos o dever de transmitir para o Brasil: esta Comissão tem uma responsabilidade tão elevada que ela não pode nos dividir. O Orçamento é do Brasil, e a forma de aplicá-lo tem que ser a mais responsável possível.

Vejo aqui o Deputado Antonio Brito. Nós lutamos tanto pela saúde, que tem um dos maiores orçamentos, mas o dinheiro é sempre insuficiente. Não raro, indiferentemente de ser base ou oposição, sempre estivemos unidos aqui, brigando por mais recursos para a educação, por mais recursos para a saúde. E eu acho que, mais do que nunca, nós temos hoje uma missão aqui, que deve unir a todos: dar a maior transparência possível ao orçamento público e, inclusive, superar alguns estigmas — muitas vezes, injustos; outras vezes, nem tanto — de que o Parlamento quer se apossar do Orçamento da União, quer interferir no processo orçamentário. Não há legitimidade maior do que a dos Parlamentares que são eleitos pelo povo, por este imenso Brasil. A Constituição brasileira coloca isso de forma muito clara. Não há legitimidade maior do que a dos Parlamentares de analisarem, prepararem as bases orçamentárias na nossa LDO, que já está aqui na Casa, e depois efetivamente votarem o Orçamento e acompanharem a execução desse Orçamento, fazendo com que ele chegue à ponta. É por isso que os Parlamentares têm que participar do Orçamento, porque é a forma de o cidadão participar do Orçamento.

Eu me referi ao Deputado Antonio Brito e à saúde, e muitas das vezes vemos muitos questionamentos como "*Por que estão brigando para liberar recursos?*" Nós temos que destinar 50%, no mínimo, de tudo que é emenda parlamentar e o

9/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

fazemos por opção própria, porque quem criou a emenda constitucional de orçamento impositivo e colocou lá que 50%, no mínimo, seriam para a saúde, fomos nós. Eu já estava aqui nesta Casa.

Da mesma forma, nós temos preocupação com a educação, com a área social, com as questões de infraestrutura, lá no Brasil distante, lá nos interiores de Minas Gerais, nas periferias das cidades. Nós sofremos essa demanda. Mas, às vezes, por falta de um diálogo franco, de mais transparência, alguns tentam passar a ideia de que "*ó, estão lá fazendo barganha, fazendo troca*".

Eu sou Deputado de oposição. Agora, aquilo que for bom para o Brasil eu vou estar aqui para ajudar a aprovar. E, aquilo que for necessário cobrar, endurecer e principalmente cobrar transparência, eu o farei. Não tenho dúvida de que o farei em harmonia com os demais colegas porque eu aprendi, ao longo do tempo, que, ao contrário do que muitos pensam, a ampla maioria — a unanimidade não existe — é de Deputados corretos, que estão aqui discutindo o interesse da Nação e que o fazem buscando a melhor solução.

Então, é com esse espírito que eu volto a esta Comissão, agradecendo ao meu Líder Altineu, agradecendo aos colegas do PL por me darem a oportunidade de estar aqui para cumprir a missão em defesa do País, querendo transparência na aplicação do recurso público, querendo melhorar a qualidade do gasto público, que acho que deve ser uma pauta permanente desta Comissão. A qualidade do gasto público no Brasil, de fato, deixa a desejar e gera motivo de críticas justas. Obviamente, devemos ter um olhar muito crítico com relação a obras inacabadas e a problemas de ordem legal nessas obras, que o Tribunal de Contas remete para esta Comissão.

Eu concluo dizendo, Presidente, que estarei à disposição para trabalhar muito. Comissão de Orçamento não é aquela Comissão para se reunir no finalzinho do ano e dizer "sim" ou "não" à peça orçamentária. Ela tem uma tarefa árdua no dia a dia do nosso País. V.Exa. pode contar comigo, assim como os demais pares, para agir de forma republicana, reconhecendo que o Brasil é muito grande e que nós temos que contemplar todas as regiões do País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Victor Linhalis.

O SR. DR. VICTOR LINHALIS (Bloco/PODE - ES) - Boa tarde, Presidente.

Queria inicialmente parabenizá-lo pela ascensão à Presidência da CMO, uma das Comissões mais importantes, se não a mais importante, tendo em vista que toca e rege toda a questão orçamentária da Nação.

Queria parabenizar também o nosso Senador Angelo Coronel pela relatoria e o Deputado Cajado pelo brilhante trabalho que fez no ano de 2023, brilhando, fazendo um excelente Orçamento, que nos deu fôlego — e o arcabouço também —, que fez com que conseguíssemos trabalhar e ter fôlego. Mostram os números do País que o fôlego foi dado e o País tem avançado.

Queria também relatar minha gratidão e minha alegria de estar hoje titular da CMO. Contem com este Deputado de primeiro mandato, mas com muito ânimo, com muita energia, com muita força para trabalhar.

A questão orçamentária, por mais que não seja tão divulgada ou não tenha tanto palco, é o fundamento da nossa Nação, é o que nos permite fazer política pública com eficiência, é o que nos permite fazer entregas. E o avanço do Parlamento no Orçamento, avanço no sentido de participação, avanço no sentido de colaboração, tem se dado, nos últimos anos, e tem sido feito de forma séria e íntegra, também trazendo resultados para o País.

Quem está na ponta, quem olha um pouco mais e tem um pouco mais de tempo no sentido de trato direto com os problemas é o Parlamento. Por isso, a CMO é composta por Senado e Câmara, fazendo com que tenhamos pluralidade, com divisão de diversos Estados, diversas ideologias e, mais que isso, com divisão de política pública e de entrega, que é o que mais importa para o povo brasileiro. Assim, conseguiremos, de fato, unindo forças, entregar um Orçamento brilhante para o nosso País, proporcionando crescimento e desenvolvimento.

Parabéns, Deputado Julio Arcoverde. Deus o abençoe! Conte sempre com este Deputado. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Dr. Victor Linhalis. Pode ter certeza de que vamos trabalhar juntos, aprendendo juntos nesta Comissão.

Com a palavra o Deputado Gabriel Nunes.

O SR. GABRIEL NUNES (Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Sr. Presidente.

10/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gostaria de iniciar minha fala parabenizando-o por essa missão tão importante que é presidir a Comissão Mista de Orçamento, sem sombra de dúvida, uma Comissão de fundamental importância para todo o povo brasileiro. Desejo-lhe sucesso na condução dos trabalhos.

Parabenizo também esse conterrâneo, irmão, grande Senador da Bahia, um dos melhores quadros do nosso partido, do PSD, o nosso Senador Angelo Coronel, Relator do Orçamento. Tenha certeza de que a Bahia está em festa. Sua missão é cuidar de todo o povo brasileiro no Orçamento, mas, sem sombra de dúvida, ficamos lisonjeados com essa missão dada ao nosso Estado na sua relatoria. Tenha certeza de que todos os baianos se sentem contemplados com essa missão.

Quero saudar o nosso Deputado Claudio Cajado, esse amigo que tem feito tanto pelo Orçamento brasileiro.

Estou aqui nesta missão. Pela primeira vez, estou tendo esta oportunidade. Quero agradecer ao meu Líder Antonio Brito, que é um grande Deputado, que me deu uma missão adicional: além de ser membro da Comissão de Orçamento, também vou estar como coordenador da nossa bancada.

Então, desejo-lhe muito sucesso, para que possa conduzir os trabalhos da melhor maneira possível. V.Exa. pode contar com o seu colega aqui para ajudarmos a debater e fazer o Orçamento do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Gabriel Nunes.

Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (PODEMOS - AL) - Sr. Presidente, primeiramente quero lhe desejar boa sorte e parabenizá-lo pela importante missão de estar à frente de fato da Comissão mais importante que existe aqui no Congresso Nacional.

Foi bom ter ficado quase que por último, porque eu ouvi muitos Deputados e Senadores, todos se manifestando e reconhecendo a função da Comissão, uma Comissão que vai dar diretrizes para o futuro do nosso povo. Esperamos que seja feito aqui um trabalho focado em políticas públicas necessárias, que consigamos trazer uma realidade real, uma realidade possível para construir um País desenvolvido, em uma linha da eficiência, da transparência, para que possa atender as necessidades do povo da minha querida Arapiraca, do Estado de Alagoas e do Brasil inteiro. Tenho certeza de que toda essa condução, pela forma como eu estou acompanhando, de maneira ativa e participativa de todos os Parlamentares, será de extrema importância.

Eu quero destacar dois pontos, hoje também como Líder do Podemos. Temos outro membro na Comissão, o Senador Zequinha Marinho, que estava aqui até pouco tempo. Iremos estar atuantes aqui em todas as reuniões, podem ter certeza — essa é uma marca do Podemos no Senado e no Congresso em geral. Vejo aqui vários amigos.

Eu quero destacar a importância da escolha do Senador Angelo Coronel. Até o Senador Nelsinho Trad falou que ele foi escolhido primeiramente pelo partido, mas foi porque assim quiseram. Se colocassem em votação entre os 81 Senadores, já seria escolhido de primeira, pelo caráter que tem, pela eficiência, pela habilidade de ouvir os pares e de ter a coragem de colocar no papel e de tirar do papel o que é necessário para ser enfrentado.

Então, desejo a todos um bom trabalho. Que busquemos, de fato, trazer eficiência em políticas públicas necessárias para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Com a palavra o Deputado Murillo Gouvea.

O SR. MURILLO GOUVEA (Bloco/UNIÃO - RJ) - Boa tarde, Presidente. Quero parabenizar V.Exa. por estar conduzindo, neste ano de 2024, a maior Comissão da Câmara Federal. Ficamos muito felizes por podermos fazer parte dela, junto com os colegas Deputados e Deputadas que aqui estão e com os Senadores e Senadoras que participam desta Comissão Mista.

Quero falar que este humilde Deputado está aqui para se somar a V.Exa. e para se somar a este grupo de trabalho, porque temos muito trabalho pela frente, pela nossa Nação. Esta Comissão ocupa muito tempo em trabalho, e eu estou disposto a andar junto com esta Comissão para entregar o melhor para a nossa Nação e para o nosso Estado do Rio de Janeiro — eu, que estou aqui no meu primeiro mandato podendo fazer parte desta Comissão como membro titular.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Murillo Gouvea. Tenho certeza de que vamos trabalhar e aprender juntos aqui nesta Comissão.

Com a palavra a Deputada Fernanda Pessoa.

A SRA. FERNANDA PESSOA (Bloco/UNIÃO - CE) - Quero cumprimentar os nobres Deputados e os nobres Senadores, parabenizá-lo e desejar sucesso, Deputado Julio Arcoverde. Espero que possamos trabalhar juntos.

11/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eu venho do Ceará, uma terra como a sua, com muita desigualdade social. Nós sabemos que o Nordeste é a Região que mais recebe o Bolsa Família. Ao nosso Senador, também desejamos sucesso.

Agradeço ao nosso Líder Elmar Nascimento pela indicação do nosso nome. Tenho certeza de que vamos fazer grandes parcerias e grandes trabalhos nesta Casa.

Mais uma vez, parabéns e sucesso pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputada Fernanda Pessoa.

Com a palavra o Deputado Rodrigo de Castro, de Minas Gerais.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/UNIÃO - MG) - Presidente Julio Arcoverde, quero dar parabéns a V.Exa. pela condução à Presidência desta Comissão tão fundamental para os trabalhos do Congresso e também para o próprio andamento do Estado brasileiro. Tenho certeza de que nós teremos uma condução com a participação de todos os Deputados. Conte conosco para estarmos ao seu lado.

Cumprimento o Senador Angelo Coronel. Sou amigo do seu filho. V.Exa. é uma referência entre vários Deputados da Bahia, que o admiram, que já estiveram com V.Exa. na Assembleia Legislativa. Quero dizer que pode contar conosco para essa função.

Quero cumprimentar o Deputado Claudio Cajado. Veja, Deputado Julio Arcoverde, que é um fenômeno o Deputado Cajado. Ele chegou aqui junto com o meu pai, em 1994. Meu pai ficou aqui por três mandatos, e eu estou há cinco mandatos. Quando eu cheguei, eu ainda tinha cabelo — e cabelo preto. Ele não tem nenhum cabelo branco, então é realmente um caso a ser estudado, que pode ser passado para nós e para o Senador para vermos o que podemos fazer. *(Risos.)*

Vai ser muito bom contar com a experiência do Deputado Cajado, que é uma referência para nós nesses temas. É muito bom trabalhar com V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Rodrigo de Castro. Vamos precisar muito das suas orientações e da sua experiência aqui na Câmara Federal.

Com a palavra o ex-Ministro Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela responsabilidade de dirigir esta Comissão. Desejo que V.Exa. tenha muita serenidade e sabedoria para conduzir os caminhos desta Comissão. E eu sei que isso acontecerá.

Presidente, apesar de ser Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, eu sou baiano e não poderia perder a oportunidade de fazer homenagem a dois baianos ilustres.

Primeiro, minha homenagem a esse moço que transborda jovialidade. Lembro-me que, quando estava no Governo — há 20 anos —, eu já acompanhava o brilhantismo com que o Deputado Claudio Cajado conduzia as iniciativas nesta Comissão. Eram ele e o Senador Jucá; o Senador Jucá e o Deputado Claudio Cajado.

Eu fico feliz quando vejo um baiano brilhando, porque tenho mais orgulho ainda da Boa Terra. E temos, agora, o nosso Senador Angelo Coronel, que é o homem do diálogo, o homem da conversa, sempre com esse sorriso no rosto, com uma capacidade infinita de trabalhar. Se tiver que marcar reunião — eu sou testemunha disso —, às 8 da manhã, ele estará lá às 8 da manhã, em ponto, à disposição para debater todos os temas, inclusive desfazendo certos mitos atribuídos à gente da nossa terra. Mas, sobretudo, a capacidade de diálogo do Senador Angelo Coronel será fundamental para que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Congresso Nacional deem sua contribuição em um momento tão sensível da vida do nosso País.

É necessário que o Orçamento permita que o Governo Federal, que o Poder Executivo retome sua capacidade de investimento. Não há possibilidade de o Brasil cumprir sua missão de retomada do desenvolvimento nacional, da geração de emprego, do investimento em inovação, enfim, de atendimento a tantas políticas sociais, se não tivermos um Orçamento que ofereça essas ferramentas ao Governo do Brasil. Assim também o Orçamento é o lugar de exercício da ação Parlamentar, porque os Parlamentares, ao construir a peça orçamentária, colaboram para o atendimento de demandas das suas bases. E é no Orçamento que Parlamento exerce uma de suas funções mais nobres, qual seja a de fiscalizar a ação do Poder Executivo. Por isso, estou muito feliz.

Eu tive o privilégio de participar, em outras legislaturas, desta Comissão e volto a dela participar feliz, sabendo que aqui ajudamos a construir os melhores caminhos para o Brasil.

Parabéns, Senador Angelo Coronel! Sucesso! Parabéns, Presidente Julio Arcoverde! Sucesso! E registro meus cumprimentos ao eterno líder dos líderes desta Comissão Mista de Orçamento, o jovem Claudio Cajado.

12/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Orlando Silva.

Agora, eu queria ter a oportunidade de passar a palavra ao nosso Relator, o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Boa tarde a todos.

Eu queria, antes de iniciar minha fala rápida, agradecer ao Presidente Julio Arcoverde por ter indicado o nosso nome, mediante indicação do nosso partido, o PSD, partido do qual sou fundador. Agradeço ao meu Presidente, Gilberto Kassab, por ter referendado o nosso nome dentro da bancada; ao nosso Líder, Senador Otto Alencar, meu irmão baiano, Líder do nosso partido, que também indicou nosso nome, o qual — graças a Deus! — foi unanimidade entre os 15 Parlamentares que compõem a bancada do PSD no Senado.

Quero também agradecer ao Presidente Arthur Lira, meu amigo de longa data, e ao querido amigo Senador Rodrigo Pacheco, também membro do nosso partido. Agradeço aos amigos da Câmara que ainda estão aqui. Alguns aqui estiveram e saíram, mas outros continuam prestigiando este evento.

Agradeço aos amigos Senadores que também passaram por aqui; ao nosso Líder Brito; ao nosso retardatário Gabriel Nunes, esse jovem que é inspiração na política da Bahia, e ao nosso decano — e assim podemos considerá-lo —, Deputado Claudio Cajado. Como todos dizem, Cajado iniciou na política junto comigo, em 1988. Ele continua novo, e eu já comecei a ter umas rugas pela cara. Mas ainda vou fazer essas plásticas para ficar com esse sorriso bem aberto. *(Risos.)*

Quero agradecer também a presença do meu querido amigo, conterrâneo, Deputado Orlando Silva. Participamos daquela maratona de combate às *fake news* no passado e esperamos, quem sabe, que esse mal que tanto assola esse mundo consiga ser combatido, para termos o Brasil como referência.

Agradeço aos demais Parlamentares e faço um agradecimento especial ao Deputado Diego Coronel. Eu sempre digo que ele inspira a minha vida política. Eu já estava tirando a chuteira, mas ele disse: "*Não, meu pai. Bora mais um; bora mais um, bora mais um*". Então, ele terá a responsabilidade de ser o meu correlator aqui. Ele irá representar a relatoria na Câmara, já que tem um grupo de amigos aqui dentro. Então, quem quiser alguma coisa na Câmara pode reivindicar ao Deputado Diego Coronel.

Eu queria também agradecer a minha equipe de gabinete, que está comigo ao longo desses anos. A equipe é chefiada pelo nosso Chefe de Gabinete, Dr. Natan, advogado. Quero agradecer também à equipe da CMO, por quem fui recebido já com um sorriso. Quero agradecer por essa recepção na pessoa do nosso querido líder Walbinson, que comanda esta CMO.

À imprensa, que também faz a cobertura dos nossos trabalhos, nossos agradecimentos. Se não tivermos a imprensa sempre divulgando as boas coisas, ficamos com o Parlamento vazio e deixamos de participar à sociedade os nossos atos.

Eu queria falar a V.Exas. que tenho uma missão: a missão que V.Exas. me deram ao ser indicado Relator desta Comissão. Quero me comprometer com todos de trabalhar pelo nosso Brasil, em especial pela minha querida Bahia, com harmonia, com independência, fortalecendo o Parlamento. Não abrirei mão um milímetro de fortalecer o Parlamento. Eu sou parlamentarista nato e municipalista de carteirinha. Enquanto eu tiver com essa caneta e puder ajudar o Parlamento brasileiro, tanto a Câmara quanto o Senado, mas também os Municípios do Brasil, V.Exas. vão contar aqui com o Relator Angelo Coronel. *(Palmas.)*

É importante falar isso desde o início. Eu gosto muito de falar essas coisas no início para depois ninguém dizer que foi surpresa. Não haverá surpresa nenhuma. Eu vim aqui com esta missão: fortalecer o municipalismo e manter a independência do Poder Legislativo.

Eu quero também rogar a Deus que me ilumine nessa missão. Só por terem anunciado o nosso nome, nesses últimos 15 dias, parecia até que eu já estava com o Orçamento na mão ou com um talão de cheque em branco, cheio de folhas, para distribuir recursos a todo mundo. Eu nunca vi esse poder, nem em Prefeitos, nem em Governadores. Mas uma coisa eu quero dizer: tenho Deus em meu coração. Sou católico apostólico fervoroso, seguidor de Deus, e tenho certeza que Ele vai me iluminar, vai mostrar os caminhos certos para que eu encerre este mandato como Relator — no final do ano ou no início do ano que vem —, pelo menos, com essa missão cumprida, sem decepcionar ninguém que me colocou nesta cadeira.

Àqueles que, talvez, ainda tenham alguma dúvida, quero dizer que essa dúvida será sanada para o bem, não para o mal. Obrigado a todos. Ao fim, cito meu jargão político: "*Venham com a gente, porque o caminho é esse*". *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, nosso Relator, Senador Angelo Coronel.

Quero dizer que será uma honra trabalharmos juntos. Na condição de Presidente da CMO, tenho o privilégio de anunciar que, hoje, entrou no ar a nova página da Comissão no portal do Congresso Nacional.

Essa página foi desenvolvida por um grupo altamente capacitado de servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além de mais transparência, o objetivo do *site* é levar informações mais detalhadas sobre matérias orçamentárias

13/14



Reunião de: 24/04/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

aos cidadãos brasileiros — estudantes, Prefeituras, Ministérios, Parlamentares, tribunais e, principalmente, toda a sociedade civil.

Esta Presidência agradece a todos que participaram da construção desse *site* e convida os membros e suas assessorias para visitar nossa página no portal do Congresso Nacional.

Conforme Ato nº 1, de 2023, da Comissão Diretora do Senado Federal, esta Comissão reunir-se-á de forma semipresencial. Os *links* das reuniões serão disponibilizados no aplicativo Infoleg. No mesmo aplicativo, os Senadores e Deputados deverão entrar na reunião virtual, registrar sua presença e seu voto nas deliberações.

Informo que, inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, até que haja acordo com o novo colegiado de representantes das Lideranças da Comissão.

De acordo com o disposto no art. 17, § 1º, e no art. 19 da Resolução nº 1, de 2006, informo que até o dia 6 de maio é o prazo regimental para a indicação das relatorias. Deverão ser indicados os Relatores Setoriais, o Relator da Receita e o Relator das Contas Prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além de suas próprias, a dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público.

Para fazer as indicações, as Lideranças partidárias deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1, de 2006.

O dia 6 de maio também será o prazo final para a indicação dos membros e coordenadores dos seguintes Comitês, conforme estabelece o art. 18 da Resolução nº 1, de 2006: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Solicito também, por parte dos Líderes partidários, a indicação dos Parlamentares que integrarão o colégio de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão até o dia 6 de maio.

Declaro encerrada esta reunião, agradecendo a todos.

Boa tarde.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 7 E 8 DE MAIO DE 2024.

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adail Filho, AJ Albuquerque, Beto Richa, Dal Barreto, Daniel Agrobom, Domingos Sávio, Dr. Victor Linhalis, Fernanda Pessoa, Fernando Rodolfo, Florentino Neto, Jonas Donizette, Julio Arcoverde, Laura Carneiro, Leo Prates, Lula da Fonte, Murilo Galdino, Orlando Silva, Paulão, Professora Luciene Cavalcante e Rodrigo de Castro; dos **Senadores Titulares**: Angelo Coronel, Astronauta Marcos Pontes, Confúcio Moura, Fabiano Contarato, Jayme Campos, Jorge Kajuru, Marcos Rogério e Rodrigo Cunha; dos **Deputados Suplentes**: Átila Lins, Cabo Gilberto Silva, Claudio Cajado, Clodoaldo Magalhães, Da Vitória, Filipe Martins, Jadyel Alencar, Juninho do Pneu, Leur Lomanto Júnior, Mário Negromonte Jr., Merlong Solano, Moses Rodrigues, Rosângela Reis, Sargento Portugal, Waldemar Oliveira e Zé Haroldo Cathedral; e dos **Senadores Suplentes**: Nelsinho Trad, Teresa Leitão e Zenaide Maia; Registrou-se também a presença dos Deputados Não Membros: Adriana Ventura, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Zarattini, Gabriel Nunes, Luiz Carlos Motta, Prof. Reginaldo Veras e Reginaldo Lopes; e do Senador Não Membro Izalci Lucas. **Deixaram de comparecer** os **Deputados Titulares** Filipe Barros, Luis Tibé, Luiz Nishimori, Murillo Gouvea, Zé Vitor e Zeca Dirceu e os **Senadores Titulares** Ciro Nogueira, Leila Barros e Sérgio Petecão. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta e três minutos, do dia sete de maio de dois mil e vinte e quatro, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, deputado Julio Arcoverde, iniciou os trabalhos e comunicou que já havia quórum para deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, solicitou ao Plenário a dispensa da leitura das Atas referentes às seguintes reuniões: 1ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 20 de fevereiro e da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO para o ano de 2024, realizada no dia 24 de abril. Não houve pedidos de retificação das Atas. Em votação, as Atas foram **APROVADAS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em função do Ofício nº 022/2024 GLMDB, de 25 de abril, do Líder do MDB no Senado Federal, senador Eduardo Braga, o Presidente designou o senador Confúcio Moura como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 e esclareceu que na reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO para 2024, realizada no dia 24 de abril, foi aprovada por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional, a proposta de eleição dos membros da Mesa por aclamação. Sendo assim, de acordo com o Ofício nº 027/2024 – BLDEM, de 7 de maio, do Líder do Bloco Parlamentar Democracia no Senado federal, senador Efraim Filho, declarou eleito e empossado o Senador Jayme Campos (União/MT) como Primeiro Vice-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente da Comissão, a quem convidou para compor a Mesa. O Primeiro Vice-Presidente fez um breve discurso e passou-se à **ORDEM DO DIA: Item 1–** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4/2024-CN**, do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024”. RELATOR: Deputado AJ ALBUQUERQUE. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma Substitutivo apresentado. Quanto às 8 (oito) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela inadmissibilidade da nº 7, pela aprovação das nºs 1 e 2, e pela rejeição das nºs 3, 4, 5, 6 e 8. Em virtude de falta de acordo, o PLN 4/2024-CN não foi deliberado. **Item 2–** Apreciação do **Requerimento nº 1/2024-CMO**, do Poder Executivo, que “Requer a realização de audiência pública para debater a política de preços e distribuição de dividendos extraordinários da Petrobras”. AUTOR: Deputado CLAUDIO CAJADO. O autor fez a justificativa de seu Requerimento. O deputado Carlos Zarattini solicitou que o convite para a audiência pública fosse restrito à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Tebet, uma vez que cabe ao Ministério de Estado de Planejamento e Orçamento conduzir o programa de revisão de gastos dentro do governo. O Presidente lembrou ao deputado Claudio Cajado que havia sido combinado na Reunião do Colegiado de Líderes, ocorrida previamente, que só a Ministra Simone Tebet seria convidada. O deputado Claudio Cajado consentiu. Discutiram também, a senadora Zenaide Maia e os deputados Da Vitoria e Jonas Donizette. Encerrada a discussão, em votação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. A deputada Laura Carneiro sugeriu que se chegasse a um acordo para a votação do PLN nº 4/2024 - CN e pediu ao deputado Carlos Zarattini que a Emenda nº 1 fosse retirada. O deputado Carlos Zarattini respondeu que aguardaria a chegada do deputado AJ Albuquerque, Relator, para que ele fizesse parte do debate. O deputado Claudio Cajado também se manifestou contrariamente à Emenda nº 1, porém concordou em aguardar a explicação do Relator acerca do acatamento desta Emenda em seu Relatório. O Presidente disse à deputada Laura Carneiro que o Relator não pôde estar presente nesta Reunião e que por isso ficou acordado na Reunião do Colegiado de Líderes que o PLN 4 só seria deliberado quando ele estivesse presente. A deputada Laura carneiro concordou. **Item 3–** Apreciação do **Requerimento nº 2/2024-CMO**, do Poder Executivo, que “Requer a realização de audiência pública para debater a política de preços e distribuição de dividendos extraordinários da Petrobras”. AUTOR: Deputado CLAUDIO CAJADO. O autor fez a justificativa de seu Requerimento. O deputado Merlong Solano sugeriu que esta reunião de audiência pública fosse feita de forma conjunta com as Comissões de Minas e Energia e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, uma vez que o Presidente da Petrobras já fora convidado a comparecer a estas outras duas Comissões. O Presidente e o deputado Claudio Cajado concordaram. Subscreveram o Requerimento os deputados Jonas Donizetti, Laura Carneiro, Merlong Solano e Jadyel Alencar. O deputado Jonas Donizetti discutiu e, em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **SUSPENSÃO:** O Presidente suspendeu a Reunião às quinze horas e vinte e seis minutos do dia 7 de maio de 2024, antes convocando sua continuação para ocorrer amanhã, quarta-feira, dia 8 de maio, às 14h30, neste Plenário 2 do Anexo II da Câmara





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos Deputados. **REABERTURA:** às dezesseis horas e onze minutos, do dia oito de maio de dois mil e vinte e quatro, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, o Presidente, deputado Julio Arcoverde, reiniciou os trabalhos. **EXPEDIENTE:** O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 15 de fevereiro até a presente data, inclusive os avisos dos TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que se interessasse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. A seguir, comunicou o recebimento de indicação para Segunda Vice-Presidência por meio do Ofício nº 20/2024, de 7 de maio, do Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS e PODE, Deputado Romero Rodrigues, que indica o Deputado Victor Linhalis (PODE/ES) para o cargo de 2ª Vice-Presidente da CMO. Informou, novamente, que no dia 24 de abril foi aprovada por unanimidade nesta Comissão a proposta de eleição dos membros da Mesa para 2024 por aclamação e sendo assim, declarou eleito e empossado o Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE/ES) como Segundo Vice-Presidente da Comissão, a quem convidou para compor a Mesa e passou a palavra ao Vice-Líder do governo no Senado Federal, senador Randolfe Rodrigues. **ORDEM DO DIA: Item 1–** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4/2024-CN**, do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024”. **RELATOR:** Deputado AJ ALBUQUERQUE. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma Substitutivo apresentado. Quanto às 8 (oito) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela inadmissibilidade da nº 7, pela aprovação das nºs 1, 2 e 8 e pela rejeição das nºs 3, 4, 5 e 6. O Relator leu o Relatório e uma Complementação de Voto. A palavra foi dada ao deputado Dr. Victor Linhalis, que fez um breve discurso acerca de sua eleição para o cargo de 2º Vice-Presidente da Comissão. O Presidente abriu a discussão e a matéria foi debatida pelo senador Izalci Lucas, deputada Adriana Ventura, deputados Daniel Agrobom, Claudio Cajado, Moses Rodrigues, Domingos Sávio, Jonas Donizette e pelo senador Astronauta Marcos Pontes. A discussão foi encerrada e, em conformidade com o disposto no § 2º do *Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitida a Emenda nº 7 indicada pelo Relator no seu voto. Em deliberação, o Relatório e a Complementação de Voto foram **APROVADOS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente propôs ao Plenário, tendo em vista acordo firmado na Reunião do Colegiado de Líderes, a **inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12/2024-CN**, que altera a Lei Orçamentária Anual para 2024 e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN*. Em deliberação, a **inclusão na pauta e a quebra do interstício** foram **APROVADAS** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. **EXTRAPAUTA –** apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12/2024-CN**, que “Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. **RELATOR:** Deputado JONAS DONIZETTI. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma do SUBSTITUTIVO





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentado. Quanto às 6 (seis) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO as de nºs 1, 2, 3, 4 e 6; e REJEIÇÃO da de nº 5. O Relator fez a leitura do Relatório. A discussão foi iniciada com a fala do deputado Mário Negromonte Jr. O Relator, então apresentou uma Complementação de Voto. Discutiram também os deputados Lula da Fonte, Gabriel Nunes, Claudio Cajado, Carlos Zarattini, senadores Astronauta Marcos Pontes e Izalci Lucas, deputados Daniel Agrobom, Prof. Reginaldo Veras, Rodrigo de Castro e Merlong Solano. O Relator fez novamente a leitura da Complementação de Voto, a pedido do Presidente e a discussão foi encerrada. Em votação, o Relatório e a Complementação de Voto foram **APROVADOS** pelas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** O Presidente fez agradecimentos e encerrou os trabalhos às dezessete horas e vinte e dois minutos, do dia oito de maio, do ano de dois mil e vinte e quatro. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Julio Arcoverde, Presidente.



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 7 de Maio de 2024
(Terça-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Há quórum regimental para a abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente Reunião Deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para a votação das matérias constantes na pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas: da ata da 1ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada no dia 20 de fevereiro, e da ata da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa, realizada em 24 de abril.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em função da indicação do Líder do MDB, o Senador Eduardo Braga, designo o Senador Confúcio Moura para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025. Então, em função do ofício, vou designá-lo Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025.

Informo que, na Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO para 2024, realizada no dia 24 de abril, foi aprovada, por unanimidade nas duas Casas do Congresso Nacional a proposta de eleição dos membros da Mesa por aclamação.

Sendo assim, declaro eleito e empossado o Senador Jayme Campos, do União Brasil de Mato Grosso, a quem convido para compor a Mesa, como 1º Vice-Presidente. *(Palmas.)*

Tem a palavra o nosso 1º Vice-Presidente, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (UNIÃO - MT) - Prezado Presidente desta Comissão, Deputado Julio Arcoverde, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero, antes de mais nada, dizer que me sinto honrado sobremaneira por ocupar um cargo tão importante como o de Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

O que eu não poderia deixar de registrar é o agradecimento ao Líder do meu partido, o Senador Efraim Filho, por me outorgar essa confiança, para que possa também dar minha contribuição — e isto com certeza — como Vice-Presidente desta Comissão.

Já tive a oportunidade de ser membro desta Comissão por três vezes e vou fazer um breve relato da minha trajetória.

Eu tive a oportunidade ímpar de ser Prefeito por três mandatos da minha cidade, de Várzea Grande, de ser Governador do meu querido Estado de Mato Grosso e, pela segunda vez, Senador da República. De forma, Presidente Julio, que estou aqui para somar, para colaborar, sobretudo para aprender muito com todos os Parlamentares que compõem esta Comissão.

1/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nós temos sobretudo a responsabilidade ímpar de fazer um orçamento que certamente seja a aspiração da sociedade, um orçamento justo com o qual possamos atender a maioria da população brasileira.

Desejo a todos boa sorte. Contem comigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, meu 1º Vice-Presidente, Senador Jayme Campos.

Apreciação do Requerimento nº 1, de 2024, que requer a realização de audiência pública para o debate do processo de revisão de gastos realizado pelo Poder Executivo no contexto do processo orçamentário para 2025. Autor: Deputado Claudio Cajado.

Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço o apoio dos colegas com o intuito de podermos discutir aqui na Comissão essas questões voltadas ao controle das despesas, à eficiência do Estado. Quanto à perseguição da meta, ela está ou não assegurada?

Já que nós temos o Relator da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias indicados, respectivamente o Senador Angelo Coronel e o Senador Confúcio Moura, que comecemos a discutir essas políticas, com vistas à apreciação da LDO e à nossa preparação para a recepção da Lei Orçamentária Anual.

Nesse sentido, peço o apoio dos colegas para clarearmos todas essas questões e melhor analisarmos os projetos, quando chegarem à nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Muito obrigado, Presidente. Gostaria de cumprimentá-lo e também o Senador Jayme Campos. Quero parabenizá-lo pela indicação para esta importante função.

Sr. Presidente, nós estamos de acordo com o requerimento do Deputado Claudio Cajado, de realização dessa audiência, uma audiência importante, num momento importante. Só que, na proposta do Deputado, ele indica o convite para a Ministra Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, e para a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a Ministra Esther Dweck. Quem cuida desse programa importantíssimo do Governo é o Ministério do Planejamento. Então, nós queríamos solicitar que esse convite se restringisse à Ministra Simone Tebet, que é quem tem a propriedade para isso, porque conduz, dentro do Governo, esse programa.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Eu acho que foi feito um acordo, o de que nós iríamos convidar primeiramente a Ministra Simone Tebet.

Não é isso, Deputado Claudio Cajado?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. me permite falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu imaginava que o Ministério da Gestão cuidasse da gestão pública, de uma governança corporativa pública que desse mais eficiência e, principalmente, avaliasse os gastos públicos e buscasse atingir as metas definidas nas nossas políticas, as que o Ministério do Planejamento prevê, do ponto de vista orçamentário, com o controle das despesas, que ele trouxesse também a estrutura do Estado. Quando eu indiquei os dois Ministérios, o meu intuito era atacar a questão dos gastos, pela ótica da despesa, e a questão da estrutura do Governo, da eficiência. Nós vamos discutir ou não a reforma administrativa? Nós temos como controlar os gastos, do ponto de vista do Governo, em sua gestão ou não? Foi nesse sentido que eu indiquei os dois Ministérios.

Porém, eu vou, através do acordo, aceitar apenas, agora, o convite à Ministra do Planejamento, até porque dele faz parte o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, que me parecia estar no Ministério da Gestão. Em atendimento ao pedido dos Líderes, no Colégio de Líderes, e também do assessor do Ministério da Gestão que vai marcar uma audiência para mim com a Ministra, eu vou esclarecer melhor esses assuntos com ela e deixar para o segundo momento, então, Deputado Zarattini, Líder, a apresentação de um novo requerimento para trazê-la aqui. A minha intenção é discutir os gastos públicos e a sua eficiência. Se a Ministra do Planejamento exaurir essa questão, muito bem.

Mas eu concordo com o acordo, para que nós possamos avançar.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Cajado, pela sua compreensão e pelo seu entendimento.

2/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - O requerimento continua em discussão.

Tem a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Sr. Presidente, colegas Deputados e colegas Deputadas, colegas Senadores, eu acho que nesta Comissão só falamos em gastos públicos, em reforma administrativa, e não apresentamos um requerimento para falar com quem fica com a quase metade do Orçamento deste País, que é o capital, o sistema financeiro. Nós vamos discutir aqui, pelo que eu vejo, quando terminar o ano, depois de o Parlamento suar para discutir, meu querido Senador Jayme Campos, a destinação de 4% para a saúde, de 4% para a educação e, pasmem, de menos de meio por cento para a segurança pública. Não custaria nada fazer isso. Podem dizer: *"Vamos falar em calote?"*. Não. Mas nós não podemos deixar que, nesta Comissão, quem fica com quase 50% dos recursos da 9ª economia do mundo não se sente nem por 1 horinha.

Nós ficamos aqui discutindo, e mendigando, e falando em controle de gastos, em recursos da saúde, da educação, da segurança pública deste País, e é hora de mostrarmos à população brasileira que nós vamos ter... Não é para passar calote. O mundo todo discute com quem fica com o orçamento, com quem ficam com os impostos pagos pelas pessoas. Deem uma olhadinha, como eu dei: nos países com as maiores dívidas públicas do mundo, Estados Unidos e Japão, senta-se para discutir e se diz: *"Vamos ver se eles abrem mão de 10% ou 15% desse orçamento, para investirmos em saúde, em educação, para fazermos investimentos, gente!"*. Precisa estar presente o Estado. Como o Estado vai investir em estradas, em rodovias, em ferrovias? As empresas só vão para o país onde existe infraestrutura. Não adianta dizer que podemos abrir mão dos serviços públicos. Está aí o exemplo do Rio Grande do Sul. Quem está socorrendo o povo, fora a população como um todo? O Estado brasileiro, seja a esfera federal, seja a esfera estadual. Com o quê? Com o Corpo de Bombeiros, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Federal, com a assistência social, com as nossas Forças Armadas. Então, não adianta dizer que não tem nada a ver com o Estado. A energia elétrica pode ter sido privatizada, como nós vimos em São Paulo, mas, na hora em que a coisa piora, quem socorre o povo sem energia é o Estado. É isso o que nós temos que cobrar.

Agora, vamos saber de onde nós vamos tirar recursos. Ninguém faz nada disso sem recursos. Vamos fortalecer nossas instituições, para darem resposta à altura. Esse exemplo do Rio Grande do Sul, que doeu no coração de cada um dos brasileiros, também nos encheu de orgulho e esperança, porque vemos todos darem as mãos, os Estados, os partidos, independentemente de cor e número. De quem nós estamos nos socorrendo? Do Estado brasileiro.

Era isso. Acho que já falei demais. Sabem que o meu nome é Zenaide Maia Calado? Agora eu vou fazer jus ao meu nome, Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Tem a palavra o Deputado Da Vitória.

O SR. DA VITÓRIA (Bloco/PP - ES) - Nobre Presidente, Deputado Julio Arcoverde, reitero as congratulações com a vossa Presidência, que nos orgulha muito, Deputado do nosso partido.

Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos e estender os cumprimentos a todos os pares desta Comissão extremamente importante, que decide o Orçamento do Governo Federal e a aplicabilidade de todas as políticas públicas importantes. A Senadora Zenaide Maia, que me antecedeu, falou do papel importante que temos aqui, o de discutir as prioridades do Brasil, principalmente para melhorar a vida do cidadão.

Eu quero fazer um registro e pedir a V.Exa. que nos lidere nesta Comissão no seguinte sentido, Deputado Julio. As abordagens que nós recebemos hoje, de todas as formas, inclusive nas redes sociais, em todos os veículos de comunicação, são sobre o desastre no Rio Grande do Sul. Eu acredito que nenhum cidadão do País está insensível diante do que tem acontecido com os nossos irmãos gaúchos. Mas eu quero lembrar que, recentemente, há pouco mais de 30 dias, 13 cidades do Estado do Espírito Santo foram praticamente destruídas pelo mesmo incidente, por chuvas fortes. A cidade de Mimoso do Sul praticamente tem que ser reconstruída. É uma cidade pequena, com uma população pequena, e nela morreram mais de 20 pessoas por causa daquele desastre, assim como em Apiacá, Alegre, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e todas as cidades vizinhas, que ainda estão vivendo esse drama. O Espírito Santo é um Estado pequeno, com aproximadamente 4 milhões e meio de habitantes. Nós também temos uma receita proporcionalmente pequena. A sorte é que nós temos o Estado equilibrado, mas isso não quer dizer que o Estado não precise de ajuda.

Eu fico preocupado com a possibilidade de acontecer outro desastre em outro Estado. Eles vão tirar a energia do Rio Grande do Sul, vão tirar toda a atenção que estão dando lá, principalmente o Governo Federal, para se preocupar com outro Estado.

3/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sr. Presidente, eu quero pedir o apoio de V.Exa. e dos pares para também colocarmos a nossa energia no que aconteceu no Espírito Santo, fatos para os quais não nos preparamos enquanto poder estatal, enquanto Governo, tanto federal quanto estadual e municipal. Nós já estamos solidários a todas as ações em relação ao Rio Grande do Sul, mas quero pedir esse apoio, porque a tudo que foi comprometido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional com a Defesa Civil Nacional é importante que o Governo Federal dê continuidade, senão vai só migrar, em termos de compromissos, para cada um dos Estados brasileiros.

O Espírito Santo precisa de ajuda, precisa de celeridade. Vi que o Presidente da República esteve lá, junto com o Presidente dos outros Poderes e com muitos Parlamentares — e é uma ação em que neste momento temos que colocar nossa energia, para alcançarmos a vida dessas pessoas. Temos que tirar as nossas energias das provocações, da polarização, e fazer com que realmente as coisas aconteçam. Se ficarmos esticando corda, puxando corda, condenando ações de Governos de Estado e do Governo Federal, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Precisamos chamar a atenção do cidadão brasileiro para a conduta, a responsabilidade, o respeito a este momento, principalmente por parte de pessoas que fazem críticas para aumentar o tamanho da sua popularidade ou mesmo daquelas que são personagens que vivem à custa deste momento.

O meu Estado precisa de ajuda. Eu sou coordenador da bancada do Espírito Santo pelo 6º ano consecutivo e me sinto na responsabilidade de tocar neste assunto nesta Comissão, que trata diretamente do Orçamento, para que insira o Espírito Santo também em todas as ações que o Governo Federal fez. Trinta dias é muito tempo, é muito tempo para as famílias que perderam sua casa, que perderam seus bens, que perderam suas vidas, mas um governo julga ser muito pouco tempo para dar celeridade e fazer acontecerem as ações, para que realmente os recursos cheguem lá, para que o braço forte do Governo Federal chegue lá.

Então, Presidente, como conclusão, eu peço o apoio desta Comissão, em que hoje eu tenho a honra e a sorte de me fazer presente, para também pedir ao Governo Federal que ações aconteçam no Espírito Santo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com certeza, Deputado Da Vitoria, V.Exa. pode contar com esta Comissão e com o seu Presidente. Vamos estar atentos a essa situação também, do Espírito Santo e de qualquer outro Estado brasileiro.

Tem a palavra o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, Sr. Vice-Presidente, Senador Jayme Campos, Mesa Diretora, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, na minha fala, quero compactuar com o Sr. Presidente, que, quando assumiu a Prefeitura, caracterizou-se como um municipalista.

Hoje li uma matéria jornalística com a seguinte manchete: *Porto Alegre não investiu um centavo em prevenção de enchentes*. Eu queria dizer algo para o povo brasileiro: não é só Porto Alegre, são todas as cidades deste País, os mais de 5 mil Municípios.

Eu fui Presidente da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos durante 4 anos, da FNP. Quando aprovamos a reforma tributária, falamos do pacto federativo. O que acontece hoje? Vamos dar como exemplo a dengue. Quem está custeando o tratamento da dengue, das pessoas que estão doentes por causa da dengue são os Municípios brasileiros. Os Municípios estão sobrecarregados.

Quase todos eles têm projetos. Eu vou citar o exemplo da cidade de Campinas, que tem um projeto grande antienchente, com pedido de financiamento do BNDES. A cidade está esperançosa de que vai ser concedido.

Do que nós precisamos? Essa agilização que foi feita para este momento, que é necessária lá no Rio Grande do Sul, nós temos que fazer pelo Brasil. Temos que tirar projetos do papel, para que as pessoas sintam a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Fica registrada aqui, então, a defesa dos Municípios. Não é que eles não fazem porque não querem fazer, é porque os Municípios hoje estão com as suas finanças comprometidas no que diz respeito à saúde, à educação e à assistência social e assumiram outros compromissos, que, em princípio, não deveriam ser deles, como, por exemplo, a área de segurança pública. Então, é necessário realmente — e acho que esta Comissão é o foro ideal para isto — que discutamos sobre esse tema da capacidade de investimento dos Municípios, que praticamente é zero hoje.

O Deputado Heitor Schuch, da bancada do Rio Grande do Sul, não pôde estar conosco hoje pela circunstância que o Estado está vivendo. Eu conversei com ele, que é membro também desta Comissão. Ele ocupa a minha suplência nesta Comissão. Ele escreveu uma breve mensagem aos membros, que eu passo a ler agora, no tempo que me resta:

4/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Srs. Parlamentares da CMO, o caos está instalado no Rio Grande do Sul. Devido à tragédia climática, perdemos vidas, casas, equipamentos, empresas, empregos e renda. Nossa fé e vontade de reconstruir o Estado estão vivas e revigoradas.

Agradecemos o apoio, a solidariedade, as doações, a ajuda institucional, bombeiros de diversos Estados, helicópteros, barcos, botes e outros equipamentos e o trabalho voluntário de milhares de pessoas.

Precisamos do apoio do Parlamento brasileiro para superar os primeiros desafios. A votação dos projetos na CMO é a porta de esperança da reconstrução do nosso Rio Grande do Sul.

Um fraternal abraço.

Deputado Heitor Schuch

O Deputado Heitor Schuch é nosso colega nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Jonas Donizette.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Eu queria aproveitar a presença do Deputado Carlos Zarattini, mas acho que ele...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Ele está ali.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Ah! Ele mudou de lugar.

Primeiro, quero saudar V.Exa., Presidente. Quero saudar também o Senador Jayme Campos. Para nós Deputados, é sempre uma honra tê-lo numa Comissão da importância da Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, embora não esteja na pauta, como há prazo para votar no Congresso, desde já vou fazer um pedido ao Deputado Carlos Zarattini. Talvez, para que possamos votar o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4 — e por isso eu esperei V.Exa. colocar em votação o primeiro requerimento, Presidente —, nós pudéssemos tentar fazer um acordo.

Deputado Carlos Zarattini, eu acho que, para o Deputado Claudio Cajado e o PSD, a grande dificuldade agora é só a Emenda nº 1, porque suprime o § 14 do art. 130 da Lei nº 14.791, o que significa dizer que autoriza não haver políticas de integridade quando se está falando em valores superiores a 30 milhões. Eu tenho certeza de que V.Exa. não concorda com isso.

O que diz a emenda? *"A Emenda nº 1 pretende suprimir o § 14 do artigo 130 da LDO 2024, que determina às agências financeiras oficiais de fomento, ao concederem financiamentos com valor superior a R\$ 30 milhões, exigirem que os tomadores tenham políticas de integridade e conformidade estabelecidas e devidamente estabelecidas"*. Na hora em que V.Exa. faz a emenda supressiva, cai essa exigência.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Eu sei, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Eu sei que V.Exa. sabe. É que poderíamos conseguir um acordo. Se V.Exa. retirar essa emenda, talvez possamos votar, mesmo sem a presença do Deputado AJ, que não conseguiu chegar.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Deputada, é lógico que sempre gostamos de simplificar, mas essa emenda é importante exatamente porque precisamos liberar várias contratações do PAC. Essa exigência — consta apenas na LDO, não consta em nenhuma outra lei no Brasil — é uma exigência importante, representa um progresso na política de integridade do País. Porém, nós precisamos dar tempo para que as empresas, as Prefeituras se adaptem.

5/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Combinamos que aguardaríamos até amanhã a chegada do Relator. Então, eu queria solicitar que V.Exa. aguardasse. Fariamos amanhã o debate aqui na Comissão...

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Era só para tentarmos acelerar, porque o Senador sabe o problema.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - É importante aprovarmos esse projeto, pelo menos do ponto de vista do Governo, porque isso vai possibilitar que muitos financiamentos sigam adiante. Isso é importante, sobretudo num ano em que precisamos que os investimentos sejam realizados para que estimulem a geração de empregos, o desenvolvimento do País.

Então, se pudermos aguardar até amanhã, eu agradeceria.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Esse assunto é muito delicado. Essa é uma questão de fundo importantíssima. Nós tivemos muito trabalho, tivemos um grupo de acompanhamento dos protocolos de governança corporativa no poder público, através dos protocolos e roteiros da OCDE. Isso simplesmente afasta todo esse trabalho que houve para que pudéssemos fazer avançar o nosso País com um Governo que é responsável e que considera mercados com critérios estabelecidos de forma muito clara com relação a financiamentos.

Acho que essa emenda é um grande retrocesso. Eu não quero me posicionar agora. A Deputada Laura perguntou qual era essa questão. Eu expliquei a ela e o consultor também. Vou esperar a conversa com o Relator, o Deputado AJ, porque isso, no meu entendimento, é um grande retrocesso que o nosso País não pode aceitar.

Pessoalmente, eu já me manifesto contra essa emenda.

Quero entender as razões pelas quais o Relator a absorveu no seu relatório. É óbvio que não queremos que nenhum órgão público e nenhuma empresa privada deixem de receber empréstimo. Agora, deixar de haver, nesses receptores de empréstimos, uma definição clara de mecanismos de transparência, de eficiência, de metas a serem seguidas, isso não existe! Não existe! Os bancos, sejam privados, sejam públicos, não são bancas de jornal para ficar tratando de 1 ou 2 reais em empréstimos. Tratam de milhões e milhões, de bilhões de reais. Não podemos retroceder em relação aos avanços que o País conquistou para chegarmos aonde chegamos, ao patamar de fazermos parte da OCDE.

Então, vou me reservar a discutir essa questão amanhã, já que esse assunto ficou para amanhã, depois que conversarmos também com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Claudio.

Deputada Laura, foi feito um acordo para que pudéssemos continuar a discussão amanhã, porque o Relator, infelizmente, não pôde chegar a tempo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Eu sei, mas, se conseguíssemos um acordo, o caso estaria resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - É claro que um bom acordo é sempre bom.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Nós temos que votar amanhã, porque, na quinta-feira, teremos que votar no Congresso, senão vai explodir, não é?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - É verdade.

O requerimento foi aprovado.

Item 3. Requerimento nº 2 de 2024, do Deputado Claudio Cajado, que requer a realização de audiência pública para debater a política de preços e distribuição de dividendos extraordinários da PETROBRAS.

Tem a palavra o autor do requerimento, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, a exemplo do requerimento anterior, isso foi objeto de acordo no Colégio de Líderes. Essa audiência pública vai ser importante para podermos esclarecer toda essa notória exposição que a PETROBRAS teve relativamente à distribuição desses dividendos extraordinários.

É importante que nós, da Comissão de Orçamento, possamos esclarecer esses pontos, ver o que foi entrave, o que foi empecilho, até porque não só o Governo tem direito a receber esses recursos como também os demais acionistas. Devemos, portanto, discutir de forma ampla e clara esse assunto, que se tornou, durante semanas, uma pauta muito grande no contexto do Congresso no de toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - O requerimento continua em discussão.

6/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tem a palavra o Deputado Merlong Solano.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI) - Sr. Presidente Julio, quero cumprimentá-lo por essa importante missão que tem à frente desta Comissão.

Eu também considero oportuna a vinda do Presidente da PETROBRAS para discutir a política de preços e tratar dos dividendos extraordinários dessa empresa. Tenho, entretanto, uma sugestão a dar a V.Exa. e ao Deputado que propôs a audiência. O Presidente da PETROBRAS foi convidado para ir também a duas outras Comissões, a Comissão de Minas e Energia e a Comissão de Finanças e Tributação. Sugiro então a V.Exa. que converse com os outros Presidentes para que possamos fazer uma única audiência pública, evitando, assim, que o Presidente esteja aqui com muita frequência, o que até pode atrapalhar, quem sabe, seus enormes afazeres à frente dessa importante empresa.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Deputado Claudio Cajado, autor do requerimento, V.Exa. concorda?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Concordo. Eu só peço que, como este plenário é maior, possamos realizar aqui a audiência da CMO.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com certeza. Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Eu queria pedir ao Deputado Claudio Cajado a gentileza de me permitir subscrever o requerimento, se ele concordar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Eu o subscrevo também.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Tantos quantos queiram, sobretudo o meu líder Jonas. Vai ser um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Jonas Donizette, Laura Carneiro, Merlong Solano e Jadyel Alencar.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Eu queria apenas fazer rapidamente um complemento.

Eu acho que houve muita celeuma a respeito dessa questão sobre a distribuição dos dividendos. O que acontece? Na PETROBRAS, a maioria das ações é do Governo brasileiro. Portanto, o interesse pelo qual ela deve zelar primeiramente é do povo brasileiro, e também dos seus acionistas, até porque, havendo distribuição do lucro extra, o Governo também recebe mais caixa. Tanto isso é verdade que o Ministro da Fazenda tinha uma posição favorável a que houvesse essa distribuição. O debate era sobre isto, se esse lucro extra que se teve seria distribuído ou seria reinvestido na empresa. Parece-me, pelo que temos de informação, que já houve a concordância do Presidente da República para que ocorresse a distribuição desses recursos.

Independentemente desse fato agora, acho que é importante entendermos, principalmente pelos conflitos que estão ocorrendo no mundo todo, quais são os planos que a PETROBRAS tem para lidar com essas questões e manter internamente um preço de combustíveis que não seja abusivo, como já tivemos em outras épocas, porque o combustível afeta diretamente outros produtos.

Então, quero ressaltar a iniciativa do Deputado Cajado e fazer a subscrição do requerimento. Agradeço a ele o aceite.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - A discussão está encerrada.

Em votação o requerimento na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, antes de suspender a presente reunião, comunico que ela terá continuidade na quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

Obrigado pela presença de todos.

Está suspensa a reunião.

7/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Bom dia a todos.

Há quórum regimental para a abertura da reunião. A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas.

Solicito que sejam declarados lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 15 de fevereiro até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. Entretanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste. *(Pausa.)*

Comunico aos senhores membros o recebimento da indicação do Líder do Bloco MDB, PSD, Republicanos e Podemos, o Sr. Deputado Romero Rodrigues, que indicou o Deputado Dr. Victor Linhalis, do Podemos do Espírito Santo, para o cargo de 2º Vice-Presidente desta Comissão.

Informo que no dia 24 de abril foi aprovada por unanimidade nesta Comissão a proposta de eleição dos membros da Mesa para 2024, por aclamação. Isso posto, declaro eleito e empossado o Deputado Dr. Victor Linhalis, do Podemos do Espírito Santo, como 2º Vice-Presidente da Comissão, a quem, se estiver presente, faço o convite para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) - Sr. Presidente, quero fazer uma rápida e sincera saudação a V.Exa. por ter assumido a direção desta importante Comissão do Congresso Nacional. Não tenho dúvida de que não poderia ter havido por parte do Progressistas indicação melhor, não poderia ter havido por parte do colegiado desta Comissão aclamação melhor. Tenho certeza de que V.Exa., seus Vice-Presidentes, na companhia do Relator da LDO, o Senador Confúcio Moura, e do Relator da LOA, o Senador Angelo Coronel, farão aqui um trabalho profícuo.

A Liderança do Governo estará aqui, enquanto não com a minha presença, também representada pelo meu caríssimo Vice-Líder Zarattini e pela nossa Vice-Líder Laura Carneiro.

Eu queria externar a saudação do Governo do Presidente Lula a V.Exa. e me colocar à disposição de V.Exa. para fazermos um trabalho profícuo aqui, para construir uma peça orçamentária do tamanho da necessidade do Brasil neste momento que o País atravessa.

Então, nossas saudações, meus cumprimentos e minhas homenagens a V.Exa., em nome da Liderança do Governo neste Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Líder Randolfe.

Quero dizer que, quando assumi, eu disse que tinha um compromisso com o País. E aqui vou trabalhar constantemente para que tenhamos sempre um consenso e um equilíbrio nesta Casa, para que possamos ajudar o País a se desenvolver e também tratar das questões em que tem dificuldades.

Esta Comissão tem que dar um exemplo de equilíbrio, para que possamos tratar da parte de finanças, principalmente daquelas questões de que o nosso País mais está precisando.

Muito obrigado pelo carinho.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4, de 2024, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024.

O Relator é o Deputado AJ Albuquerque.

O SR. AJ ALBUQUERQUE (Bloco/PP - CE) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Senadoras, Srs. Deputados e Senadores, foi com enorme satisfação que atendi ao convite do Presidente, o nosso nobre Deputado Julio Arcoverde, para relatar o Projeto de Lei nº 4, de 2024.

"I. Relatório

Nos termos do art. 61 e do art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 152, de 2024, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2024 (PLN 4/2024), que altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024.

8/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conforme a Exposição de Motivos, o projeto altera quatro dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor. O primeiro deles é o art. 16, que recebeu um novo parágrafo, numerado como § 5º, para estabelecer que o Poder Executivo Federal ampare o fortalecimento das ações de saúde mental voltadas a pessoas com transtorno do espectro autista, incluindo a estruturação e custeio de equipamentos de saúde pública que atendam a essa finalidade, desde que amparados por decisão da Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS).

O segundo dispositivo reformado é o art. 52, § 1º, inciso III, alínea 'c', voltado a permitir ao Secretário de Orçamento Federal, por ato próprio, alterar o classificador de resultado primário (RP) de subtítulos constantes da Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA 2024) e créditos adicionais, com o fito de adequar a programação às necessidades de execução, preservados os subtítulos criados ou os valores acrescidos por emendas parlamentares em RP 6 (individuais), 7 (de bancada impositiva) e 8 (de Comissão).

A terceira alteração, no § 2º do art. 69, pretende adequar o texto à criação de classificador de RP para contemplar o Novo PAC (RP 3). Com o aperfeiçoamento proposto, também as programações assim classificadas se submeteriam ao bloqueio de despesas primárias quando o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas primárias (RARDP) assim o recomendar, para observância dos limites individualizados de gastos primários, por poder e órgão constitucionalmente referido.

O quarto, revisão das alíneas 'r' e 's' do art. 157, § 1º, inciso I, da LDO 2024. O objetivo teria sido o de explicitar que a divulgação das informações orçamentárias relativas às Agendas Transversais e Multissetoriais, até 30 de abril do exercício financeiro subsequente, deve contemplar, necessariamente, a participação de políticas para as mulheres, de promoção da igualdade racial e de apoio às crianças e adolescentes, nestas incluídas a prevenção à violência e o amparo à primeira infância.

Recebido em 24 de abril último, o projeto foi despachado para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Encerrado o prazo regimental para proposição de emendas no colegiado, foram apresentadas 8 (oito) emendas.

Após análise das emendas, decidimos apresentar substitutivo que contempla as seguintes alterações em relação ao texto proposto pelo Poder Executivo:

- i. Alteração proposta para o art. 69, § 2º: acatamos a possibilidade de bloqueio de dotações classificadas como RP 3 caso haja risco de descumprimento dos limites de despesas no novo arcabouço fiscal. Entretanto, o bloqueio permanecerá como uma faculdade, conforme a LDO vigente;
- ii. Compatibilizamos o art. 6º da LDO vigente com o texto proposto para as diretrizes orçamentárias para o próximo exercício, por meio do PLDO 2025, para que empresas públicas ou sociedades de economia mista integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto possam apresentar plano de sustentabilidade econômica e financeira, com vistas à revisão de sua classificação de dependência, na forma prevista em ato do Poder Executivo Federal;
- iii. Acatamos a Emenda nº 1, do Deputado Carlos Zarattini, que propôs a supressão do § 14 do art. 130 da LDO 2024 vigente, que determina às agências financeiras oficiais de fomento, ao concederem financiamentos com valor superior a 30 milhões de reais, exigirem que os tomadores tenham políticas de integridade e conformidade. Entretanto, recomendamos que o Congresso Nacional retome esta discussão para os exercícios seguintes, tendo em vista que o estímulo à adoção de políticas de integridade e conformidade certamente contribuirá de forma muito positiva na aplicação dos recursos obtidos por meio dessas agências.
- iv. Acatamos a Emenda nº 2, do Deputado Marcon, e acrescentamos dispositivo para que as emendas individuais na modalidade de transferências especiais destinadas a Municípios em situação de calamidade ou emergência de saúde pública possam ser priorizadas na execução orçamentária.
- v. Acatamos a Emenda nº 8, da Deputada Adriana Ventura, para rejeitar a alteração proposta no PLN 4/24 para a alínea 'c' do inciso III do § 1º do art. 52, de forma a manter a redação da LDO 2024, que permite, por ato do Secretário de Orçamento Federal (SOF), alteração na classificação de RP apenas para fins de correção de erro material que impeçam a execução da programação orçamentária. Assim, buscamos preservar prerrogativas do Poder Legislativo para analisar as alterações propostas à Lei Orçamentária.

Por fim, propomos a declaração de inadmissibilidade da Emenda nº 7, por considerar que a emenda trata de matéria estranha àquela reservada para as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo art. 165, § 2º, da Constituição Federal.

II. Voto do Relator

9/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela inadmissibilidade da Emenda nº 7, pela aprovação do PLN 4, de 2024, e das Emendas nºs 1, 2 e 8, na forma do substitutivo, e pela rejeição, no mérito, das Emendas nºs 3, 4, 5 e 6."

Presidente, vou ler aqui a complementação de voto do relatório do PNL 4, de 2024.

"Inclua-se no art. 6º da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, o seguinte § 4º:

§ 4º Na hipótese de aprovação do Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira de que trata o § 2º, a empresa pública ou sociedade de economia mista o encaminhará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a aprovação."

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado AJ Albuquerque.

Eu peço aos colegas licença para passar a palavra ao mais novo empossado, Deputado Dr. Victor Linhalis, do Podemos do Espírito Santo, que hoje foi empossado Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DR. VICTOR LINHALIS (Bloco/PODE - ES) - Primeiro, eu queria agradecer a todos os pares, a todos os colegas e ao nosso Presidente Julio Arcoverde, que tem feito um trabalho brilhante.

Como bem diz, hoje, depois de muito trabalho, de muita conversa, de muito diálogo, nós conseguimos avançar. Isso é o símbolo do Parlamento. Há muitas opiniões, muitas divergências, mas há também muitos avanços para o País, para a República. E aqui fala uma peça nesse quebra-cabeça, um tijolinho nessa parede, com muita simplicidade, mas com muita vontade de construir.

Queria agradecer a todos os pares que acolheram o meu nome como Vice-Presidente. Contem conosco para que possamos avançar no Orçamento. E, avançando no Orçamento, nós avançamos em política pública.

Eu fico muito feliz e muito grato. Deus abençoe os nossos trabalhos! E contem sempre com este Parlamentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Dando início à discussão, tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente, primeiro, quero desejar a V.Exa. muito sucesso nessa gestão como Presidente da Comissão. Este ano, eu estou como Líder do PL no Senado, não estou como membro porque fui no ano passado.

Mas eu gostaria muito de agradecer aqui ao nosso querido Relator, Deputado Jonas Donizette, e também a todos os Líderes dos partidos por terem acatado a emenda colocada aqui pela Vice-Governadora, no sentido de permitir a realização de concurso para os policiais militares, policiais bombeiros e também para a Polícia Civil.

Então, eu não poderia deixar de agradecer aqui a todos os Líderes pelo acordo que foi feito, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senador Izalci.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente. Na verdade, eu quero saudá-lo e desejar a V.Exa. e também ao Vice-Presidente uma boa condução dos trabalhos.

Esse PLN 4 propõe modificar a LDO em vários aspectos. Eu agradeço aqui ao Relator, Deputado AJ Albuquerque, por ter contemplado e acatado uma emenda que, na minha visão, é de suma importância, porque existia na LDO autorização para alteração de identificador de resultado primário irrestrita para o Governo. Ele acatou uma emenda que devolve com propriedade e tira o problema que tínhamos com essa autorização irrestrita para alteração de RP.

Então, eu agradeço bastante ao Relator por ter acatado essa emenda. Há alguns pontos de preocupação em relação a mudanças de critérios, mas eu vou aguardar o relatório final subir ao sistema para fazer a devida análise.

Mas eu só quero registrar aqui o meu agradecimento ao Relator por ter acatado essa emenda.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputada Adriana.

O SR. AJ ALBUQUERQUE (Bloco/PP - CE) - É sempre uma satisfação, Deputada Adriana, atender às suas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra o Deputado Daniel Agrobom.

10/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. DANIEL AGROBOM (PL - GO) - Obrigado, Presidente. Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho, início de trabalho, e desejar sucesso ao longo desta Comissão.

Eu gostaria só de citar dois pontos desse PLN 4 que são de fundamental importância. O primeiro deles é a inclusão do § 5º do art. 16, que prioriza o fortalecimento das ações de saúde mental voltadas a pessoas com transtorno do espectro autista, incluindo a estruturação e o custeio de equipamentos de saúde pública que atendam a essa finalidade.

Segundo, eu gostaria de parabenizar também o Relator, AJ Albuquerque, por ter acolhido a Emenda nº 2, de autoria do nobre Deputado Marcon, que visa permitir a priorização de recursos de transferência especial para atendimento nos Municípios vitimados em situação de emergência.

Então, Presidente, eu me coloco à disposição para que possamos estar juntos nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, meu amigo, Deputado Daniel Agrobom.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, primeiro, quero cumprimentar e saudar o Vice-Presidente agora, o Deputado Dr. Victor Linhalis.

Seja bem-vindo à CMO!

Cumprimento os colegas e as colegas da Comissão. E quero parabenizar o Relator, o Deputado AJ Albuquerque, do nosso partido, principalmente pela forma como fez acordo dentro do seu texto. Nós transigimos, eu apresentei duas emendas. Uma eu cedi, deixo isso claro, a pedido do Deputado Zarattini, para não haver qualquer tipo de empecilho para as empresas de médio porte que estão executando obras do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC. Nós estamos diminuindo as exigências dos *compliances* que a OCDE pratica no mundo inteiro. O Brasil demorou muito tempo e gastou muitos recursos humanos e financeiros para começar a atender aos protocolos para nos inserirmos na OCDE. E, agora, nós estamos praticando um retrocesso.

Porém, ficou claro, e o Deputado AJ, como Relator, deixou no seu relatório escrito que, apenas neste ano, nós iríamos transigir nesse sentido, ou seja, não é porque as empresas não estão conseguindo se adaptar à questão das condicionalidades exigidas pelo mercado financeiro internacional que nós vamos mudar a lei. Nós estamos aqui transigindo neste ano a fim de que haja tempo para que, no próximo ano, isso não volte a acontecer.

Por outro lado, o Deputado AJ, de igual forma, acordou com o Governo e com esta Comissão no Colégio de Líderes que o RP 2, que são as programações dos Ministérios, não seria alterado para RP 3 através de decreto pela Secretaria de Orçamento e Finanças — SOF. Essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional, desta Comissão. Transferirmos para que o Executivo possa fazê-lo através de decreto é simplesmente deixarmos de exercer a nossa função e deixarmos que o Executivo execute o Orçamento por decreto. E isso, através do acordo com o Governo, foi retirado. Mantivemos como está hoje na LDO e, diante dessas questões, nós acordamos.

Inclusive, de última hora, houve um pedido para que o Relator aceitasse uma solicitação do Ministério das Comunicações, e o Relator aceitou, para que as empresas não dependentes pudessem executar os seus recursos financeiros de investimentos independentemente da questão que nós colocamos no arcabouço do limite de teto. Mas teriam que encaminhar em até 30 dias o relatório desses projetos de execução, para que a Comissão de Orçamento tomasse conhecimento.

Portanto, foi um acordo bom para todos, e eu queria me manifestar parabenizando o Relator por estar aberto ao diálogo e aceitar as sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Moses Rodrigues.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Parabenizo pela condução dos trabalhos o Deputado Julio Arcoverde, que tem feito um trabalho muito importante junto a esta Comissão. Parabenizo também o Deputado Dr. Victor, que foi empossado hoje como 2º Vice-Presidente, e desejo sucesso nessa jornada. Quero agradecer e parabenizar também o Deputado AJ Albuquerque pela excelente Relatoria que fez do PLN 4.

Pelo atendimento junto ao Ministro Juscelino para que pudesse ser pautada uma situação importante, que já foi corrigida na LDO de 2025, mas que precisava ser corrigida também na LDO de 2024, quero agradecer publicamente aqui e dizer que a União Brasil vai encaminhar pela aprovação do PLN 4.

11/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PL - MG) - Presidente, Deputado Julio, ao cumprimentar V.Exa., cumprimento o Vice-Presidente, Deputado Dr. Victor — bem-vindo! — e os demais colegas. Cumprimento o Deputado AJ Albuquerque, nosso colega, pelo relatório, e o parabenizo.

Eu estava preocupado com alguns artigos, e o Deputado Cajado, como sempre, atento, apresentou sugestões que vêm ao encontro da mesma preocupação nossa. Mas o essencial do projeto foi preservado, justamente para garantir que a nossa LDO contemple algumas ações na saúde. Destaco o acolhimento às pessoas com sofrimento mental e, dentre elas, também aquelas que possuem a síndrome do espectro autista.

E a síndrome do espectro autista, talvez mais por uma percepção maior nos dias atuais, talvez por algumas razões que ainda precisam ser mais bem esclarecidas, torna-se cada vez mais frequente entre nós. E, com a devida atenção e com os devidos cuidados, são situações passíveis de ser superadas, de maneira muito tranquila, e, mais do que isso, com uma convivência harmoniosa no dia a dia, num processo que pode gerar grandes seres humanos, grandes figuras. Mas, se não acompanhadas adequadamente, essas pessoas podem ser vítimas de grande sofrimento mental.

A saúde pública não pode ignorar isso, não podemos deixar essa atenção ficar restrita àqueles que podem pagar por um atendimento psicológico, por um acompanhamento adequado. A saúde pública precisa dar atenção, o conceito do SUS universal tem que existir na prática. O espectro autista é algo com que nós convivemos dentro da nossa sociedade, e precisamos dar toda a atenção a essas crianças e esses jovens portadores dessa síndrome do espectro autista.

Eu acrescento — para não ter que usar da palavra novamente, Presidente — que esta primeira reunião, uma das iniciais da nossa Comissão, já aponta para um caminho que sempre defendi aqui na CMO. Não é a primeira vez — já estou com vários mandatos — que o meu partido me honra com a possibilidade de estar na Comissão de Orçamento. Eu sempre defendi um princípio, que, hoje, mais do que nunca, ficou cristalino. E eu aproveito para parabenizar o Presidente pela condução e os Relatores, de modo especial o Relator Jonas, que estará relatando o PLN 12 daqui a pouco. Dois princípios, para mim, são fundamentais, e precisamos mantê-los aqui. Um deles é a independência do Legislativo, a nossa autonomia, afinal de contas nós aqui estamos para representar o povo brasileiro como um todo, com toda a sua diversidade. Devemos fazê-lo com independência. Ao mesmo tempo, devemos garantir, de forma harmoniosa, que o Orçamento do País seja aplicado da melhor maneira possível — porque essa é a função primeira desta Comissão —, para que isso assegure, também, governabilidade, equilíbrio, a harmonia entre os Poderes.

Sou um Deputado de oposição, mas jamais serei oposição ao País. Então, aqueles projetos que são bons para o País, como o PLN 4, que amplia o atendimento aos autistas e a outras situações de sofrimento mental, terão o nosso apoio.

O PLN 12, com a redação que, acredito, estará sendo apresentada daqui a pouco, garante condições de atendimento aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul. Possibilita que vários Parlamentares — seguramente eu serei um deles — destinem parte das suas emendas para atender os nossos irmãos do Rio Grande do Sul. Isso não seria possível se não fizessemos uma alteração na Lei Orçamentária, na forma de execução orçamentária das nossas emendas. Eu não poderia tirar recurso que está destinado e já indicado para determinada cidade em Minas Gerais — que pode aguardar um pouquinho para ser atendida no ano que vem — e socorrer alguém lá no Rio Grande do Sul que está em situação de grave risco. Creio que os nossos colegas também irão fazê-lo. Mas, ao mesmo tempo, não poderíamos deixar alguns artigos ali que, de alguma forma, tirariam a nossa autonomia, a nossa independência, passando ao Governo a prerrogativa de poder usar a seu critério o que tivermos de receitas extraordinárias. Ora, receitas extraordinárias devem ser objeto de PLN, que indicará onde elas serão devidamente aplicadas, no Orçamento.

Parabenizo V. Exa., Presidente, e reitero que aqui eu estarei procurando representar o meu partido com independência, com firmeza, exercendo o controle que esta Casa deve exercer sobre o Executivo, exercendo a fiscalização que deve exercer, mas não sendo intransigente e, muito menos, jamais fazendo oposição ao País. Nós já vimos isso. Já vimos partidos que votavam contra tudo e contra todos. Não é o papel do PL. O PL, Partido Liberal, que eu tenho a honra de representar aqui, votará a favor do Brasil em todas as matérias que forem adequadas. E, quando elas não forem adequadas como devem ser, daremos a nossa contribuição para modificar, como fizemos hoje, construindo um bom acordo para o País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Com certeza, nós vamos precisar muito da sua experiência nesta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Obrigado, Presidente Julio Arcoverde.

12/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estamos votando o Projeto de Lei nº 4, de 2024, que altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária.

Eu fui autor de um pedido de audiência pública na Assembleia de São Paulo — quero aqui agradecer ao Deputado Danilo Forte, que foi o Relator da LDO —, e fiz isso em conjunto com o mandato da Deputada Andréa Werner. A Deputada Andréa Werner é a primeira Deputada com espectro autista, eleita, e também é mãe de um filho com espectro autista. Nós fizemos, durante a campanha eleitoral, o que na política chamamos de "dobrada"; eu fiz a minha campanha para Federal, ela fez a campanha dela para Estadual, e nós nos comprometemos a fazer um trabalho conjunto.

São Paulo, como todos vocês sabem, é um Estado que, pela população que tem, é maior do que muitos países. Eu digo que São Paulo é um pouquinho de cada lugar do Brasil. Eu mesmo, que moro, vivo, no Estado de São Paulo, vim das Minas Gerais, com a minha família. São Paulo acolheu gente de todos os cantos. Temos muitas questões para serem debatidas, enfrentadas, e, de um tempo para cá, uma coisa começou a intrigar a população: o aumento de diagnósticos de autismo. Daí, aquela pergunta: o que será que aconteceu? Será que está havendo mais casos? Ou será que a medicina atualizou as suas metodologias e, então, começou a detectar mais casos, até em grau menor, em grau mais leve?

Na verdade, eu digo sempre que a lei corre atrás da sociedade. Primeiro, sentimos a necessidade. Eu fui legislador municipal, estadual, federal, sou agora novamente legislador federal, e digo que começamos a ver na sociedade a necessidade de leis para contemplar necessidades da população. Nessa questão do autismo, eu acho que o Congresso Nacional acertou em cheio em colocar um capítulo especial para que existam centros de tratamento dedicados a crianças, a pessoas chamadas atípicas, que precisam realmente de uma atenção especial. Aliás, nós devemos ir até um pouco mais além; devemos elaborar também políticas que resguarдем a família, pais, mães.

Essa mesma Deputada me transcreveu uma situação. Ela morou na Inglaterra. Disse que na Inglaterra os pais de criança com deficiência têm, uma vez por mês, no final de semana, alguém que fica com os filhos para que eles possam ter momentos de lazer. Vejam só como é você pensar uma coisa como um todo. Sabemos que filho demanda atenção. Filho demanda que nos preocupemos com ele, e uma criança atípica exige muito mais do pai e da mãe.

Como falei, com o avanço da medicina, muitas especialidades, em conjunto, podem trazer muitos benefícios para essas crianças, com o desenvolvimento dessas crianças, desenvolvimento social e desenvolvimento mental, cognitivo.

Fico muito feliz por, neste primeiro ano no Congresso Nacional, ter participado ativamente, como eu falei, não só votando como também fazendo audiências públicas para que tenhamos... A meta é chegar a 500 centros de tratamento de pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil como um todo.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos a todas as pessoas que se envolveram e o meu abraço carinhoso à Deputada Estadual Andréa Werner pelo trabalho dela no Estado de São Paulo.

Muito grato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Jonas Donizette.

Tem a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (PL - SP) - Boa tarde a todos.

É uma honra para mim fazer parte desta Comissão.

Todos sabem que nós do Partido Liberal, já foi falado aqui pelo Deputado Domingos, somos de um partido de oposição, mas é importante apoiarmos os bons programas, os bons projetos para o País como um todo. Por outro lado, precisamos também fiscalizar de forma bastante efetiva os gastos do Governo e atuar de forma que os recursos sejam aplicados da melhor e mais eficiente forma.

Idealmente, nós teríamos que ter um governo mais enxuto que precisasse de menos recursos para a sua manutenção, com redução de tributos e outros fatores que nos preocupam atualmente, principalmente os setores produtivos do nosso País. Eu tenho certeza de que esta Comissão tem uma função muito importante também por esse fato.

Sobre o PLN 4, o autismo, sem dúvida nenhuma, é um fator que nos preocupa bastante, no País como um todo — nós temos acompanhado o aumento do diagnóstico desses casos. Precisa-se de um trabalho efetivo, e isso tem a ver completamente com ciência e tecnologia, que é a minha área de atuação, e principalmente com educação também. Sobre o PLN 12, o Rio Grande do Sul neste momento precisa, sem dúvida nenhuma, de apoio emergencial.

É importante que pensemos em prevenção para o nosso País. Então, recursos também têm que ser destinados a projetos de prevenção para que nós tenhamos uma maior mitigação dos danos que vão acontecer cada vez mais com as mudanças climáticas. Eles vão acontecer de forma mais frequente e de forma mais intensa, e não faz sentido só ficar remediando a

13/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

situação. Precisamos trabalhar com planos de prevenção, de preparação, de resposta e também de recuperação. Portanto, esse é um ponto importante.

Nós temos projetos de lei correndo no Senado sobre esse assunto. Eu espero contar também com a Câmara dos Deputados para que isso passe da forma mais rápida possível no nosso Congresso para atender agora e no futuro, porque vão acontecer outros casos. É melhor que possamos aliviar o sofrimento agora e também salvar muitas vidas no futuro através da prevenção.

Finalmente, para não me alongar muito aqui, dentro do tempo, quero falar sobre ciência e tecnologia. Como todos sabem, eu fui Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação aqui no País, assim como de Comunicações, e o setor de pesquisa e desenvolvimento e ciência e tecnologia é um setor que sofre constantemente com cortes de orçamento. Às vezes, ou melhor, muitas vezes, eu acompanhava, pelo Ministério, e o orçamento que nós pedíamos era reduzido na Economia e, depois, era mais reduzido aqui no Congresso. E isso não pode acontecer. Esse é um dos setores mais estratégicos do País. Ele produz conhecimento, produz riquezas para o País e precisa ser incentivado. O Brasil ainda tem um orçamento destinado para ciência e tecnologia extremamente baixo. Comparado com países da OCDE, por exemplo, o nosso investimento em pesquisa e desenvolvimento é ridiculamente baixo, de 1,14% do PIB. Na OCDE, esse investimento é mais de 2,5%.

Nós temos a PEC da Ciência correndo lá no Senado. Também espero contar com o apoio da Câmara para que possamos aumentar o investimento do País em pesquisa e desenvolvimento, num prazo de 10 anos, para pelo menos 2,5% do PIB. Isso nos colocaria próximos da OCDE. Ainda estaríamos muito abaixo de Israel e da República da Coreia. É bom ter em mente que o investimento em pesquisa e desenvolvimento é diretamente correlacionado com o desenvolvimento econômico e social do País. Deixarmos o orçamento desse setor para baixo, significa deixar o desenvolvimento econômico e social para baixo também.

Então, eu estou contando com esta Comissão para que nós tenhamos um apoio efetivo, não só nas palavras, para o setor de ciência e tecnologia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

A discussão está encerrada.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 7, indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório e a complementação do voto estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista o acordo firmado no colegiado de Líderes, proponho a inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12, de 2024 — alteração da LOA de 2024.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra do interstício para a votação do relatório apresentado.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12, de 2024, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

14/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Relator é o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu pergunto se é necessário fazer a leitura completa do relatório ou apenas do voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pelo adiantado da hora, prefiro que V.Exa. faça a leitura somente do voto.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - O.k. Antes de entrar no voto, quero apenas registrar aqui a conversa que nós tivemos, uma conversa produtiva que foi intermediada pelo Presidente.

Este projeto é importante porque contempla a possibilidade de os Deputados fazerem emendas mesmo não sendo do Estado do Rio Grande do Sul. Então, Deputados de qualquer Unidade da Federação poderão fazer essas emendas. O projeto dá segurança jurídica maior àquilo que já foi aprovado por decreto, tanto pela Câmara quanto pelo Senado, para que o Governo Federal possa cumprir o que foi acordado pelo Presidente da República, pelos seus Ministros, quando estiveram lá no Rio Grande do Sul.

Eu tenho na minha bancada o Deputado Heitor Schuch, que, como gaúcho, tem aquele estilo de vida voltado para o campo, para a produtividade agrícola. Nós todos sentimos um impacto muito grande. Já tivemos outros acontecimentos tão trágicos e até com mais perdas de vidas, mas é a primeira vez que nós vemos um Estado ser atingido quase que em sua totalidade e demorar tanto tempo para que as coisas comecem a voltar ao normal devido às suas condições. Eu verifiquei a parte geográfica. É um Estado plano, então é muito difícil o escoamento da água. O canal da Lagoa dos Patos, por onde a água escoava até o oceano, é muito estreito. Mas, hoje, o nível da água baixou 24 centímetros, possibilitando ao Estado que comece a sua reconstrução.

Registro o empenho de todos os Deputados que participaram do debate. É claro que tivemos visões diferentes em alguns pontos, mas é importante dizer que nós resguardamos aqui a parte das emendas, porque não é permitido que um Deputado faça emenda para outro Estado, e também a questão legal para que o Governo possa executar todas as ações necessárias.

Passo a ler o voto, Sr. Presidente.

"Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do PLN 12/24 e das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6, na forma do substitutivo anexo."

"Substitutivo ao projeto de lei

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º A abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações dos substitutivos integrantes desta Lei não poderá resultar no cancelamento de dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, inclusive classificadas com "RP 2", ressalvado o disposto nos § 10 e § 11, e deverá: .

§ 1º

III

e) despesas primárias de que tratam os incisos III, IV e V do § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 2023; e

§ 3º

V - no âmbito da mesma unidade orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ou do Ministério da Educação; e

VI - do Poder Executivo que não possam ser realizadas na forma e nos limites dos demais incisos deste parágrafo, devendo os remanejamentos ser efetuados somente após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2024.

(...)"

É esse o relatório, Sr. Presidente.

15/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lembro que o texto já está no sistema Infoleg, à disposição de todos os Deputados e Senadores.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente, do projeto, dos anexos e das emendas citadas.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado.

Parabéns pelo relatório, Deputado Jonas Donizette!

O parecer está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Mário Negromonte Jr.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP - BA) - Nobres colegas Deputados e Senadores, quero parabenizar, pela condução dos trabalhos, o nosso querido amigo Deputado Julio Arcoverde, do nosso partido, bem como o Deputado Dr. Victor Linhalis, 2º Vice-Presidente desta Comissão tão importante.

Quero parabenizar o Relator por seu relatório, tão relevante neste momento.

Presidente Julio, se existe uma Comissão que pode dar uma contribuição neste momento, é esta Comissão Mista de Orçamento, que proporciona, com esse projeto, uma resposta a esse povo que tem sofrido tanto. Talvez seja o pior desastre de todos os tempos no Rio Grande do Sul — ainda não temos a proporção do ocorrido. Acredito até que esta Comissão, ao longo deste ano e ao final da votação do próximo Orçamento, do ano de 2025, vai poder contribuir ainda mais para boa parte da reconstrução das cidades que foram atingidas no Estado do Rio Grande do Sul.

Vem em boa hora o PLN 12, para ajudar esse povo que tem sofrido tanto. Tem nosso apoio, nossa votação.

Quero também destacar, antes de concluir, Sr. Presidente, que o partido Progressistas destinou até agora, por emendas individuais de cada Deputado da bancada, 25 milhões de reais para ajudar o Rio Grande do Sul e os gaúchos. Queria deixar isso registrado.

Quero parabenizar o nosso Presidente Julio pela pauta e pedir que votemos por aclamação esse PLN.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Mário Negromonte Jr.

Tem a palavra o Deputado Lula da Fonte.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Peço a palavra, Sr. Presidente, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Queria apenas, para que haja clareza, incluir no voto também parte das Emendas nºs 1 e 3 — eu vou ler, para não restar dúvidas —, principalmente por questões de saúde. Existe uma preocupação muito grande com a possibilidade de que, com as enchentes, venham problemas de saúde pública.

(...)

c) corresponder às ações '22BO – Ações de Proteção e Defesa Civil', '2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas', '2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas' ou '219G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)', todas no âmbito do subtítulo '0043 – No Estado do Rio Grande do Sul'; e"

Este é o complemento do voto, Sr. Presidente, para que fique bem claro, até para que nossos colegas possam fazer o debate.

Quero também dizer que tudo o que foi conversado na reunião se traduz no voto apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Relator, Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Presidente, só mais uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - O inciso VII do § 3º não foi revogado.

Era apenas este o registro.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra o Deputado Lula da Fonte.

O SR. LULA DA FONTE (Bloco/PP - PE) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, muito boa tarde.

16/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Primeiro, eu gostaria de registrar, Deputado Julio Arcoverde, a honra e a alegria, como seu amigo, de vê-lo presidindo esta sessão tão importante para o Congresso Nacional e para o povo brasileiro. Não tenho dúvida de que não havia ninguém neste Parlamento mais capacitado do que V.Exa. para cumprir com êxito a grande missão de democratizar o Orçamento da União e fazer com que o Orçamento, a LDO, a LOA, cheguem realmente a quem precisa neste País, a quem está na ponta. Hoje nós votamos este PLN tão importante, relatado pelo Deputado Jonas Donizette, tratando de reparações às fortes chuvas do Rio Grande do Sul. Na segunda-feira, esta Câmara votou o projeto de decreto legislativo que reconhecia o estado de calamidade no Estado.

Não tenho dúvida de que o PLN tem um caráter muito importante, mas comungo do pensamento do meu amigo, o Deputado Claudio Cajado, sobre a importância de estratificar despesas. Com certeza, esta Casa, mais especificamente esta Comissão, vai ter uma síntese do que é melhor para o nosso País. E o Deputado Julio Arcoverde, com sua exitosa Presidência, vai adotar as melhores alternativas para que, com os PLNs que virão, estratifiquemos os gastos do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Lula da Fonte.

Tem a palavra o Deputado Gabriel Nunes.

O SR. GABRIEL NUNES (Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos. Parabenizo todos os Líderes, que chegaram a um consenso acerca desse importante PLN. Parabenizo o Relator, Deputado Jonas Donizette, que teve realmente muita paciência para ouvir todas as partes, todos os lados.

Sem sombra de dúvidas, esse PLN vai ser uma resposta importante do Congresso Nacional a este momento tão difícil por que passa o Rio Grande do Sul e o Brasil como um todo — todos nós estamos sensibilizados com a causa. Certamente, os recursos serão de grande valia na reconstrução do Estado.

Estamos aqui dando mais um gesto importante para que possamos vencer esse momento. Não tenho dúvida de que os recursos vão chegar à ponta, em busca da reconstrução desse Estado, que é a quarta maior economia do nosso País e tem uma história belíssima.

Parabenizo, mais uma vez, o nosso Presidente Julio Arcoverde pela condução dos trabalhos.

Certamente, para as demais pautas que discutimos na reunião, Deputado Zarattini, vamos buscar consenso, para que, nas próximas reuniões, nas próximas sessões, possamos debater outros pontos importantes do Orçamento da União.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Gabriel Nunes.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, a exemplo do Deputado AJ Albuquerque, o Deputado Jonas foi extremamente atencioso e solícito às nossas sugestões, tanto que, no acordo, prevíamos gastos na área de saúde que, por um equívoco, não constavam no texto original, e fez-se um adendo. Está acordado, Deputado, o que foi objeto no Colégio de Líderes dessa nossa combinação.

Sem dúvida nenhuma, o acordo que nós fizemos foi para atender especificamente o Rio Grande do Sul. Tudo o mais — eu chamaria de penduricalho — que existiu no projeto resolvemos retirar e vamos, no segundo momento, discutir sem prejuízo do mérito de cada uma das questões que estavam nesse PLN 12. Achamos conveniente retirar para focar única e exclusivamente nas questões urgentes, necessárias e absolutamente imprescindíveis para o Rio Grande do Sul.

Com base nisso, nós fizemos esse acordo. O projeto está absolutamente acordado com todos os partidos, com todos os Parlamentares da Câmara e do Senado, e eu espero que, amanhã, na sessão do Congresso, possamos votá-lo, para que o Governo tenha, aí sim, as condições absolutamente favoráveis para implementar urgente e rapidamente as ações que beneficiem o Estado do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, o povo que lá está passando por grandes dissabores.

E aqui vai a minha solidariedade, o que fiz hoje na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional — CREDN. Eu nunca vi, nesse tempo todo de vida e de mandato, uma calamidade com essa amplitude, tanto que nós do Partido Progressista, no dia de ontem, através de uma solicitação do Deputado baiano João Leão, sugerimos que cada um dos integrantes do Partido Progressista em todas as bancadas do País fizesse uma doação de suas emendas. Nós achamos que conseguiríamos algo em torno de 25 milhões de reais, através da liderança do Deputado Doutor Luizinho. É um gesto que demonstra claramente o comprometimento do nosso partido, e acho que os demais poderiam também fazê-lo, reunindo

17/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

as suas bancadas e abrindo mão de parte das suas emendas para colaborar com o Estado e o povo do Rio Grande do Sul, assim como foi declarado ontem pelo nosso Líder, o Deputado Doutor Luizinho, que é o Líder do Partido Progressista.

Mas, além disso, esta semana nós focamos na questão do Rio Grande do Sul. Nós votamos, na segunda-feira, o "orçamento de guerra" e hoje estamos disciplinando a forma como o Governo poderá gastar os recursos. Isso faz com que o Parlamento não falte ao País, em especial em momentos decisivos e importantes como esse que o Rio Grande do Sul vivencia. Colocar outras coisas em projetos como esse não seria conveniente.

Por isso, nós pedimos e agradecemos, Deputado Jonas, a compreensão, tanto de V.Exa., como Relator, como do conjunto do partido. O próprio Líder do Governo no Congresso, o Senador Randolfe, esteve presente e concordou com a tese majoritária dos Líderes da Comissão.

Eu me sinto contemplado, porque as emendas que eu propus foram objeto de análise e discussão e acabaram sendo acatadas. Prevaleceu o consenso da maioria, se não da unanimidade, ao final, para aprovarmos o texto que foi apresentado pelo Deputado Jonas Donizette.

Quero parabenizá-lo, Deputado Jonas. V.Exa. foi diligente e atencioso e fez com que o conjunto da Comissão se sentisse atendido no seu relatório.

Presidente, parabéns a V.Exa. também, pela condução do processo. Espero que possamos votar agora o projeto aqui na Comissão, e amanhã no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todos que participaram desta Comissão a aprovação tanto do PLN 4 como do PLN 12, dois projetos importantes para a execução do Orçamento, em particular o PLN 12, que possibilita a transferência de recursos para o Rio Grande do Sul. Tivemos um debate bastante acalorado na reunião de Líderes, mas isso é fruto das nossas divergências. O objetivo é sempre chegar a uma conclusão que unifique o Parlamento.

Tivemos um resultado importante. Quero parabenizar tanto o Deputado AJ Albuquerque, que relatou o PLN 4, como o Deputado Jonas Donizette, que relatou o PLN 12. O Governo teve que enviar o PLN 12 ontem à noite para cá, para que houvesse agilidade nesse processo. O Deputado Jonas foi designado Relator ao meio-dia, e fez um relatório a toque de caixa. Depois nós fizemos toda essa discussão. Então, parabéns, Deputado Jonas!

Muito obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. também está de parabéns, pela condução tranquila da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (PL - SP) - Sr. Presidente, parabéns pela Presidência.

Parabéns ao Relator, de São Paulo também, o Deputado Jonas Donizette, ex-Prefeito de Campinas.

São importantes os recursos para o Rio Grande do Sul neste momento. E quero lembrar que existem algumas fases que precisam ser cumpridas. A primeira, obviamente, é o salvamento das pessoas. Depois, o reforço na busca e salvamento, à medida que se prolongam as chuvas. Em seguida, como foi citado aqui, é preciso cuidar da saúde da população, o que é muito necessário agora e também vai ser necessário assim que baixarem as águas. Depois, vai ser preciso recuperar a infraestrutura do Estado e, finalmente, muito importante também, a economia do Estado. Tudo isso vai demandar muitos recursos.

Eu gostaria de informar, Presidente, que eu também faço parte, no Senado, da Comissão Temporária Externa de acompanhamento da calamidade no Rio Grande do Sul. Coloco-me à disposição da Comissão, do Presidente, para fazer uma conexão direta entre esta Comissão e a Comissão do Senado que acompanha a calamidade. A Comissão do Senado tem oito Senadores, os três Senadores do Rio Grande do Sul, obviamente, e outros cinco Senadores de outros Estados.

Estamos à disposição. E eu espero também contar com a ajuda desta Comissão nas pautas da Comissão Temporária do Senado de auxílio ao Rio Grande do Sul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra o Senador Izalci.

18/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente, eu há pouco agradei ao nosso Relator Jonas Donizette, que acatou o pedido do GDF no sentido de colocar no anexo as vagas dos concursos. Nossa situação é a seguinte, Presidente. Em 2009, com a aprovação da Lei nº 12.086, nós deveríamos ter aqui 18 mil policiais. Hoje nós não temos 10 mil, ou seja, de 2009 para 2024 nós não recompusemos esse quadro. Hoje temos menos da metade do que deveríamos ter em 2009. E a situação é a mesma na Polícia Civil e no Corpo de Bombeiros. Eu pensei que a Governadora tivesse encaminhado para cá o pedido de toda a segurança pública, mas, na prática, vieram para a Polícia Militar 1.284 nomeações e 800 para a Polícia Civil, mas nenhuma para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que também trabalha com a metade do contingente. Vamos aguardar o próximo PLN, e vamos pedir ao próximo Relator que inclua os Bombeiros, tendo em vista que o contingente da corporação também é muito baixo.

De qualquer forma, temos que agradecer essa manifestação dos Líderes e também temos que agradecer ao Relator Jonas Donizette, que, com muita presteza, acatou o pedido do GDF.

Eram essas minhas considerações, Presidente.

O PL vai votar “sim”, evidentemente, a esse PLN.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Daniel Agrobom.

O SR. DANIEL AGROBOM (PL - GO) - Obrigado, Presidente.

Só pedi a palavra para agradecer ao Relator Jonas Donizette a sensibilidade na negociação do acordo, que vai continuar permitindo ao Congresso, principalmente a esta Comissão, o controle do Orçamento público, que é seu por direito.

E quero dizer o quanto é importante esse PLN, porque facilitará a destinação de recursos principalmente ao Estado do Rio Grande do Sul.

Presidente, quero também parabenizá-lo pela condução da reunião de Líderes, e dizer que nós da Oposição estamos à disposição para votar tudo aquilo que for bom para o Brasil.

Eu me coloco, mais uma vez, à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Daniel Agrobom.

Com a palavra agora o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

O SR. PROF. REGINALDO VERAS (Bloco/PV - DF) - Boa tarde, Presidente Arcoverde. Muito obrigado por me conceder a palavra. Eu não sou membro desta nobre Comissão, mas fiz questão de vir aqui, porque, além da importância desse projeto para a liberação de recursos emergenciais para o Rio Grande do Sul, acabou entrando no projeto também um objeto de interesse do Distrito Federal — agradeço a compreensão dos nobres Senadores e Deputados —, que é a liberação da nomeação de policiais civis e de policiais militares do Distrito Federal.

Poucos sabem, mas as três forças de segurança do DF — Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar — atuam hoje com um quadro de pessoal menor do que tinham nos anos 90. A população da cidade cresceu mais de 40%, e nossos servidores nessas áreas estão em número bem menor, o que compromete a segurança de toda a Capital.

Eu tenho dupla função, porque a maioria desses rapazes e moças que foram aprovados no concurso foram meus alunos em cursos preparatórios. Então, além de ter ajudado nos estudos, também temos que ajudar como Parlamentar. Durante 1 mês, de forma incansável, cobrei do Governo do Distrito Federal o envio dessa mensagem para cá, a fim de que nós aprovássemos um PLN para que essa nomeação saísse o quanto antes, pois ela favorece não só esses novos servidores, como também a segurança pública de todo o Distrito Federal.

Aproveito e parabenizo o Relator do projeto, o Deputado Jonas Donizette, que fez às pressas um relatório, mas, com muita celeridade e muita eficiência, trouxe algo que é bom para o Rio Grande do Sul e também para o Distrito Federal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/UNIÃO - MG) - Sr. Presidente Julio Arcoverde, eu queria parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e destacar o empenho do Deputado Jonas Donizette, que fez um relatório rapidamente e atendeu os interesses não só do Congresso Nacional, mas especialmente da população do Rio Grande do Sul. O Relator usou toda a sua experiência como bom Prefeito de Campinas que foi para ser também um Relator de excelência.

19/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A aprovação deste PLN pela Comissão de Orçamento demonstra a nossa preocupação. Vamos disciplinar as ações do Governo Federal, para que o recurso seja bem aplicado e para que ele seja destinado primeiramente ao salvamento das vítimas e ao atendimento das questões de saúde, de segurança e de infraestrutura, enfim, aos enormes desafios que o povo do Rio Grande tem que enfrentar. Nós nos sentimos orgulhosos de ser parte desse imenso contingente de brasileiros e brasileiras que estão sensibilizados com a tragédia que se abateu sobre o povo gaúcho. Nós, é claro, também temos que contribuir. Esta Câmara mostrou que está atenta ao tema e mais uma vez manifesta sua solidariedade ao povo do Rio Grande, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Rodrigo de Castro.

Com a palavra meu conterrâneo o Deputado Merlong Solano.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI) - Sr. Presidente Deputado Julio Arco Verde, eu também quero cumprimentar os nossos Relatores de hoje, o Deputado AJ Albuquerque e o Deputado Jonas Donizette, e registrar que o Congresso Nacional, mais uma vez, dá resposta célere a uma grande necessidade do nosso País, no caso o socorro aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul, com a aprovação dos recursos para a reconstrução de que esse Estado necessitará.

Rapidamente aprovamos o reconhecimento da calamidade solicitado pelo Governo Federal, e agora estamos fazendo ajustes na lei orçamentária para permitir celeridade também na aplicação dos recursos.

É importante registrar que, muito provavelmente, infelizmente, precisaremos vez em quando nos debruçar sobre este tipo de matéria, dado o agravamento da crise climática por que passa o mundo, com repercussões muito importantes no Brasil. Isso que estamos vivendo no Rio Grande do Sul determina a necessidade de nos prepararmos para o enfrentamento de eventos extremos, que poderão acontecer também em outros Estados do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Merlong.

Antes de encerrar a discussão, eu vou pedir ao Relator Jonas Donizette que leia a complementação de voto, para que possamos em seguida votar o parecer.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Obrigado, Sr. Presidente.

Vou fazê-lo, para registro nos Anais da Casa, sem nenhuma dúvida.

"Complementação de Voto (PLN 12/2024)

A alínea 'c' do parágrafo 11 do art. 4 da LOA 2024 passa a ter a seguinte redação:

c) corresponder à ação '22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil', no âmbito do subtítulo '0001 - Nacional', desde que destinada ao atendimento de estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional por decreto legislativo; ou às Ações '2E89 - Incremento Temporário de Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas', '2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas', ou '219G - Estruturação de Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)', no âmbito de subtítulos referentes a entes para os quais tenha sido reconhecida pelo Congresso Nacional a ocorrência de estado de calamidade pública; e

O art. 3º do PLN 12/2024 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º Fica revogado o § 7º do art. 4º da Lei nº 14.822, de 2024."

Esse é o complemento de voto, Sr. Presidente.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - A discussão está encerrada.

O relatório e a complementação de voto estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Eu queria, antes de finalizar, agradecer a todos os participantes, principalmente aos Líderes, que tiveram compreensão e equilíbrio ao tratar deste assunto, que é a situação de calamidade de um Estado brasileiro.

20/21



Reunião de: 08/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Hoje esta Comissão deu um passo importante, mostrando o que vai ser este ano: uma Comissão com equilíbrio, com Deputados apartidários, que pensam sempre no melhor para o nosso País.

Um abraço. Boa tarde a todos.

Está encerrada a sessão.

QUARTO SEM ÁUDIO

21/21





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2024.

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adail Filho, AJ Albuquerque, Cabo Gilberto Silva, Daniel Agrobom, Dr. Victor Linhalis (Segundo Vice-Presidente), Fernanda Pessoa, Florentino Neto, Jonas Donizette, José Priante, Julio Cesar Ribeiro, Laura Carneiro, Leo Prates, Luiz Nishimori, Lula da Fonte, Merlong Solano, Murillo Gouvea, Professora Luciene Cavalcante, Rodrigo de Castro e Yury do Paredão; dos **Senadores Titulares**: Angelo Coronel, Confúcio Moura, Jayme Campos (Primeiro Vice-Presidente), Jorge Kajuru, Leila Barros, Marcos Rogério e Rodrigo Cunha; dos **Deputados Suplentes**: Juninho do Pneu, Mário Negromonte Jr., Moses Rodrigues, Murilo Galdino, Nilto Tatto, Sargento Portugal e Zé Haroldo Cathedral; Registrou-se também a presença dos Deputados Não Membros: Gabriel Nunes, Luiz Carlos Motta, Pastor Eurico e Rodolfo Nogueira; **Deixaram de comparecer** os **Deputados Titulares** Beto Richa, Cabo Gilberto Silva, Dal Barreto, Domingos Sávio, Fernando Rodolfo, Filipe Barros, Julio Arcoverde, Luis Tibé, Márcio Biolchi, Orlando Silva, Paulão, Zé Vitor e Zeca Dirceu e os **Senadores Titulares** Astronauta Marcos Pontes, Ciro Nogueira, Fabiano Contarato e Sérgio Petecão. **ABERTURA**: às quatorze horas e trinta e quatro minutos, do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, o Primeiro Vice-Presidente, senador Jayme Campos, iniciou os trabalhos e comunicou que já havia quórum para abertura da Reunião, segundo estabelece o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, bem como quórum para deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTES**: O Primeiro Vice-Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 8 de maio até a presente data, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. A seguir, solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 7 e 8 de maio. Não houve pedidos de retificação da Ata. Em votação, a Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA**: O Primeiro Vice-Presidente, tendo em vista acordo firmado da Reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO, ocorrida previamente, consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dos relatórios apresentados às Medidas Provisórias de números 1.200/2023-CN, 1.209/2024-CN e 1.214/2024-CN, e dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei números 1/2024-CN, 2/2024-CN, 5/2024-CN, 6/2024-CN, 7/2024-CN, 8/2024-CN, 10/2024-CN e 11/2024-CN, a despeito do previsto no *Art. 128 da*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional, que estabelece que “a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição”. Os deputados Claudio Cajado e José Priante usaram da palavra. Em seguida, o Primeiro Vice-Presidente sugeriu ao Plenário a votação em bloco dos relatórios apresentados às Medidas Provisórias de números 1.200/2023-CN, 1.209/2024-CN e 1.214/2024-CN, e dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei números 1/2024-CN, 2/2024-CN, 5/2024-CN, 6/2024-CN, 7/2024-CN, 8/2024-CN, 10/2024-CN e 11/2024-CN e perguntou aos membros presentes se gostariam que fossem lidos todos os relatórios um a um, antes da votação. Os deputados Jonas Donizetti e Claudio Cajado usaram da palavra para concordar. Em deliberação, **a quebra do prazo para apreciação dos relatórios apresentados às Medidas Provisórias de números 1.200/2023-CN, 1.209/2024-CN e 1.214/2024-CN e a sua votação em bloco, pela aprovação dos relatórios**, foram **APROVADAS** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. O Primeiro Vice-Presidente procedeu então, à votação da **quebra do prazo para a apreciação dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei números 1/2024-CN, 2/2024-CN, 5/2024-CN, 6/2024-CN, 7/2024-CN, 8/2024-CN, 10/2024-CN e 11/2024-CN e à sua votação em bloco, pela aprovação dos relatórios**. Em deliberação, foram também **APROVADAS** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Com a aprovação em bloco, os itens da pauta ficaram com os seguintes resultados **Item 1– Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.200/2023-CN**, do Poder Executivo, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 93.143.160.563,00, para os fins que especifica”. RELATOR: Senador CIRO NOGUEIRA. **VOTO:** pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. À Medida Provisória não foram apresentadas emendas. **APROVADO. Item 2- Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.204/2024-CN**, do Poder Executivo, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 314.000.000,00, para os fins que especifica”. RELATOR: Deputado LULA DA FONTE. **NÃO DELIBERADO EM VIRTUDE DE FALTA DE ACORDO. Item 3- Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.209/2024-CN**, do Poder Executivo, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica”. RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO. **VOTO:** pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada foi REJEITADA. **APROVADO. Item 4- Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.210/2024-CN**, do Poder Executivo, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 30.157.034,00, para os fins que especifica”. RELATOR: Deputado MURILLO GOUVEA. **NÃO DELIBERADO EM VIRTUDE DE FALTA DE ACORDO. Item 5- Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.214/2024-CN**, do Poder Executivo, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 369.000.000,00, para o fim que especifica". RELATOR: Senador RODRIGO CUNHA. **VOTO:** pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada foi INADMITIDA. **APROVADO. Item 6-** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 59.000.000,00, para o fim que especifica". RELATOR: Deputado FLORENTINO NETO. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. **APROVADO. Item 7-** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 7.377.849,00, para os fins que especifica". RELATOR: Deputado ZECA DIRCEU. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. **APROVADO. Item 8-** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 5/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 7.377.849,00, para os fins que especifica". RELATOR: Deputado DANIEL AGROBOM. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada foi pela INADMISSIBILIDADE. **APROVADO. Item 9-** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 1.895.000,00, para os fins que especifica". RELATOR: Senador MARCOS ROGÉRIO. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. **APROVADO. Item 10-** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 19.063.245,00, para os fins que especifica". RELATOR: Senador FABIANO CONTARATO. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. **APROVADO. Item 11-** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 94.835.105,00, para os fins que especifica". RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas a de nº 3 foi INADMITIDA e as de nºs 1 e 2 REJEITADAS. **APROVADO. Item 12-** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 9/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 873.461.598,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado ÁTILA LINS. **NÃO DELIBERADO EM VIRTUDE DE FALTA DE ACORDO. Item 13-** Apreciação do **Relatório apresentado ao**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Projeto de Lei nº 10/2024-CN, do Poder Executivo, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, crédito suplementar no valor de R\$ 182.039.027,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado ZÉ HAROLDO CATHEDRAL. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 5 (cinco) emendas apresentadas a de nº 1 foi retirada pelo autor Senador Rodrigo Cunha e REJEITADAS as demais. **APROVADO. Item 14**— Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11/2024-CN**, do Poder Executivo, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 426.220.771,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. **APROVADO. ENCERRAMENTO**: O Primeiro Vice-Presidente encerrou os trabalhos às catorze horas e quarenta e seis minutos, do dia vinte e um de maio, do ano de dois mil e vinte e quatro. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Jayme Campos, Primeiro Vice-Presidente.



Reunião de: 21/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 21 de Maio de 2024
(Terça-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e Senadores que compõem esta Comissão.

Há quórum regimental para a abertura da reunião, que ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares no Plenário e outros que participam virtualmente, pela plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para votação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Expedientes.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 8 de maio até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet. Entretanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste.

Eu quero, antes de mais nada, registrar a presença do nosso 2º Vice-Presidente, o Deputado Dr. Victor Linhalis.

É uma honra estar ao lado de V.Exa., Deputado.

O SR. DR. VICTOR LINHALIS (Bloco/PODE - ES) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 7 e 8 de maio.

Caso haja alguma retificação, peço às Sras. e Srs. Parlamentares que se manifestem.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Tendo em vista o acordo firmado no Colégio de Líderes, consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação das proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a quebra de interstício para a votação dos relatórios apresentados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço apenas que identifique o que foi objeto de acordo no Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Perfeitamente.

1/4



Reunião de: 21/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eu vou, atendendo ao ilustre e querido amigo Deputado Cajado, como sempre brilhante nesta Comissão e no plenário da Casa, citar os itens da pauta aprovados antecipadamente pelo Colégio de Líderes. São as Medidas Provisórias nºs 1.200, de 2023, e 1.209 e 1.214, ambas de 2024, bem como os PLNs 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10 e 11.

Há alguma outra indagação, Deputado?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sim, Presidente.

O PLN 2, que V.Exa. leu, já foi objeto de votação na sessão passada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Foram votados os PLNs 4 e 12, conforme orientação da nossa Secretaria da Mesa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - O PLN 2 ainda não tinha sido votado? Isso foi dito no Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Não foi votado, conforme informação da Secretaria da Mesa. *(Pausa.)*

Concordam, Srs. Deputados? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/MDB - PA) - Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Pois não. Está com a palavra.

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/MDB - PA) - Em primeiro lugar, eu quero fazer uma comunicação. Nós da bancada do MDB, com um pequeno atraso, com um pequeno *delay*, estamos, a partir desta sessão, participando da Comissão, representados por mim, pelo Deputado Yury e pelo Deputado Márcio Biolchi.

Segundo, gostaria de um esclarecimento com relação à votação em globo. Existe algum projeto ainda em curso a ser acrescentado nessa relação que nos foi oferecida?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Por enquanto, não. Na verdade, o que foi acordado foram essas MPs e esses PLNs que eu citei. Nós nos reunimos no Colégio de Líderes anteriormente. Apreciaremos esses projetos que eu mencionei nesta oportunidade. Salvo melhor juízo, se for apresentado algum projeto de última hora, havendo concordância do Plenário, evidentemente, poderíamos votá-lo.

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/MDB - PA) - Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Agradeço a V.Exa.

Eu quero consultar o Plenário sobre a possibilidade de votarmos em bloco os projetos de lei do Congresso Nacional e as medidas provisórias que já foram discutidos no Colégio de Líderes. Se V.Exas. concordam, para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão, nós os colocaremos à apreciação.

Todos já têm conhecimento das propostas? Aqueles que não fazem parte do Colégio de Líderes gostariam que eu lesse o que nós estamos votando ou concordam com as Lideranças? As medidas e os projetos já foram apresentados, e todos tiveram acesso a eles. Concordam ou querem que eu leia um por um? Eu indago a V.Exas. de forma bastante transparente e republicana.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Podemos votar em bloco o que já foi acordado no Colégio de Líderes, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, apenas quero justificar a votação em bloco. Hoje nós estamos tendo a Marcha dos Prefeitos, e muitos Deputados estão com várias demandas dos Prefeitos presentes em seus gabinetes. Como essa matéria já foi objeto de divulgação anteriormente e como todos nós já tivemos assessoria técnica e orientação dos partidos, a votação em bloco seria uma forma de ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Ótimo!

Primeiro votaremos as MPs. Vamos separar as MPs dos PLNs. Serão dois processos.

Vamos entrar em processo de votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados a MP 1.200/23, a MP 1.209/24 e a MP 1.214/24.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

2/4



Reunião de: 21/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eu estou vendo na Comissão apenas o ilustre e querido amigo Senador Rodrigo Cunha.

Indago a V.Exa. se concorda. *(Pausa.)*

Aprovadas as MPs também na representação do Senado Federal, havendo a concordância do Senador Rodrigo, o único presente, que assim se manifestou.

Agora vamos aos PLNs.

Em deliberação os PLNs 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10 e 11.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo nenhuma manifestação, estão aprovados os PLNs.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra, Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Quero comunicar ao Líder do Governo, Deputado Zarattini, que não tenha o dia de hoje como regra. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/MDB - PA) - Sr. Presidente, é possível uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Pois não, pela ordem tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/MDB - PA) - Eu gostaria de tomar conhecimento do prazo para apresentação de emendas à LDO. Qual é a data prevista?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - A informação da nossa Secretaria-Geral da Mesa é que ainda não temos essa data precisa, porque não foram realizadas as audiências públicas previstas. Depois disso é que nós vamos ter o calendário das nossas emendas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Sr. Presidente, quero apenas me certificar: dentre os PLNs que V.Exa. apreçoou, estava o item 9, PLN 6, de minha relatoria?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Foi aprovado, sobretudo porque teve a relatoria de V.Exa. Não poderia ser diferente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Obrigado, Presidente.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Pois não, Deputada Professora Luciene Cavalcante.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) - Obrigada.

Presidente, eu quero saudar esta Comissão por ter aprovado a importante Medida Provisória nº 1.209, que trata da liberação de recursos financeiros para apoio a todo o povo ianomâmi, que sofre com as graves crises humanitária e sanitária, agravadas pela presença do garimpo ilegal.

Essa MP visa dar ao Governo Lula, ao Ministério dos Povos Indígenas, ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal e à Força Nacional recursos e condições de fazer o seu trabalho tão necessário de apoio a esse povo.

Certamente, apoiar o povo ianomâmi também significa defender o meio ambiente e a justiça climática.

Então, quero saudar o nosso trabalho, porque essa MP é muito importante para um projeto de outra relação com o meio ambiente e com os povos originários.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Está encerrada a presente sessão.

3/4



Reunião de: 21/05/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUARTO SEM ÁUDIO



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

